

2T20

Resultados



isa
CTEEP

São Paulo, 30 de julho de 2020 – A ISA CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista ("ISA CTEEP", "Companhia", B3: TRPL3 e TRPL4), anuncia seus resultados do segundo trimestre de 2020 (2T20) e do primeiro semestre do ano (1S20). Os Resultados Regulatórios estão apresentados de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) com o objetivo de colaborar com o entendimento do negócio da Companhia. Adicionalmente, é possível encontrar os resultados de acordo com as normas da CVM e os CPCs aplicáveis e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) na seção de "Anexos" deste documento.

Principais Indicadores Regulatórios (R\$ milhões)	Consolidado					
	2T20	2T19	Var (%)	1S20	1S19	Var (%)
Receita Líquida	1.496,6	692,4	116,1%	2.230,9	1.386,6	60,9%
Receita Líquida (Ex PA RTP e RBSE)	693,2	692,4	0,1%	1.427,6	1.386,6	3,0%
Ebitda ICVM	1.452,0	532,8	172,5%	2.069,4	1.104,1	87,4%
EBITDA Ajustado ¹	687,3	599,0	14,7%	1.361,0	1.213,7	12,1%
Margem EBITDA Ajustado ²	89,9%	78,3%	11,7 p.p.	86,4%	79,5%	6,9 p.p.
Lucro Líquido ³	919,1	236,0	289,5%	1.227,4	466,2	289,5%
Margem Líquida	61,4%	34,1%	27,3 p.p.	55,0%	33,6%	21,4 p.p.
Lucro Líquido ³ (Ex PA RTP e RBSE)	411,7	236,0	74,5%	720,0	466,2	54,5%
Margem Líquida (EX PA RTP e RBSE)	27,5%	34,1%	(6,6) p.p.	32,3%	33,6%	(1,3) p.p.
ROE (acumulado de 12 meses)	24,4%	18,0%	6,4 p.p.	24,4%	18,0%	6,4 p.p.

¹ Exclui a equivalência patrimonial e outros efeitos não recorrentes e inclui o EBITDA proporcional à participação nas Coligadas com o objetivo de apresentar uma visão mais adequada da geração de caixa operacional da Companhia. Expurga o impacto referente ao processo de arbitragem de IE Madeira proporcional à participação da ISA CTEEP e os custos e despesas não recorrentes.

² Considera receita líquida ajustada pela receita proporcional à participação nas Coligadas

³ Ajustado pela participação do acionista não controlador

ÍNDICE

1.	A ISA CTEEP	
1.1	A ISA CTEEP	4
1.2	Composição Acionária	5
1.3	Estrutura Societária	6
1.4	Crescimento	6
2.	Desempenho Operacional	9
3.	Desempenho Financeiro	9
3.1	Receita Operacional	9
3.2	Custos e Despesas de O&M	10
3.3	Equivalência Patrimonial	10
3.4	EBITDA e Margem	11
3.5	Resultado Financeiro	12
3.6	Outras Receitas Operacionais	12
3.7	Lucro Líquido	12
3.8	Comparativo de Resultados (Regulatório vs. IFRS)	13
4.	Endividamento	14
5.	Proventos	16
6.	Investimentos	15
7.	Mercado de Capitais	16
8.	Eventos do Período	17
9.	Eventos Subsequentes	19
10.	Outras Informações Relevantes	22
11.	Glossário	25
12.	Anexos	27

* Resultados em Excel disponível no website de Relações com Investidores

A ISA CTEEP

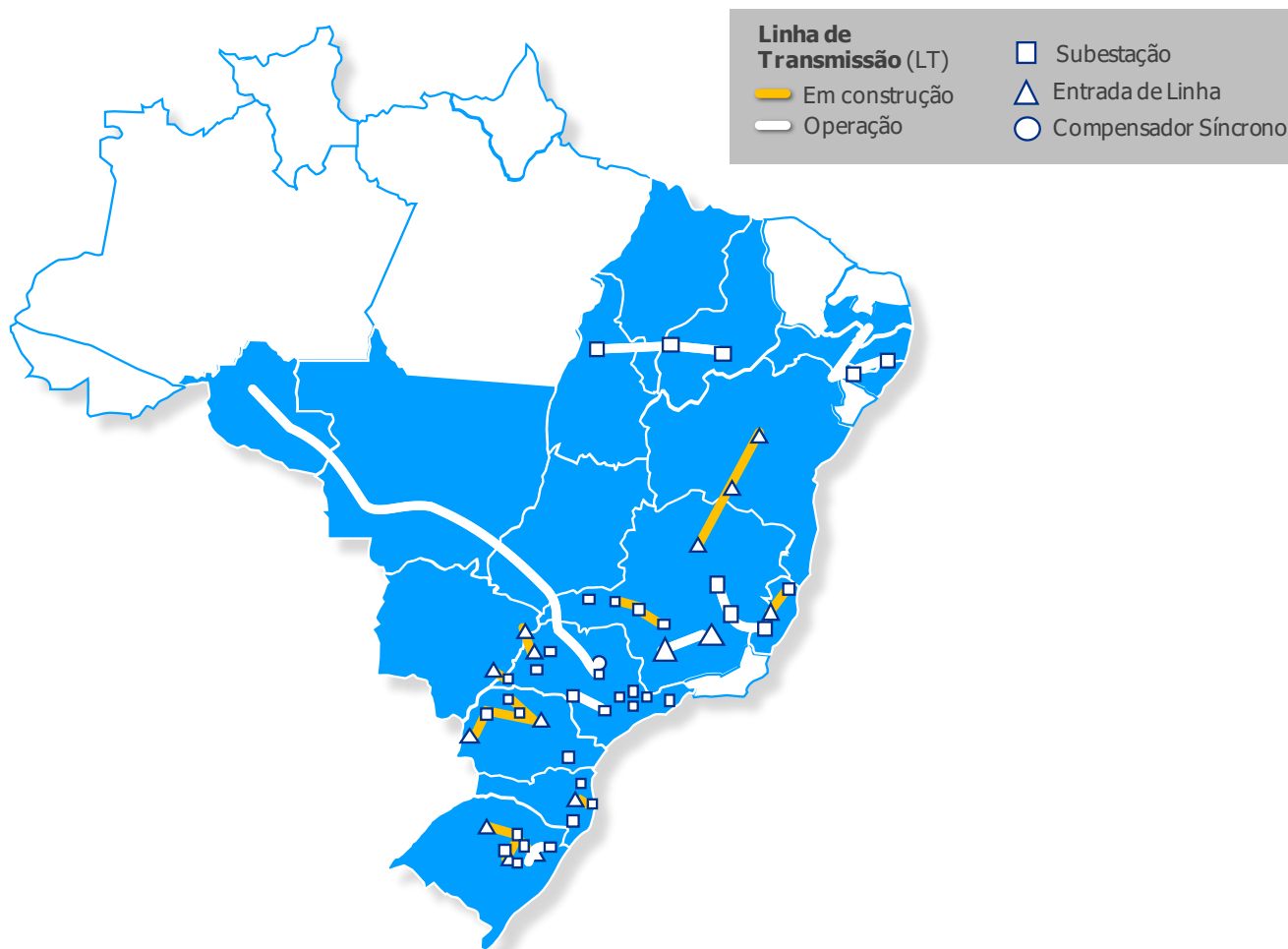
A ISA CTEEP é a maior empresa privada de transmissão de energia do setor elétrico brasileiro e faz parte do Sistema Interligado Nacional ("SIN") que engloba o sistema elétrico brasileiro como um todo (exceto por alguns sistemas isolados) e atende aproximadamente 99% da carga total do sistema. Com suas atividades e de suas empresas controladas e coligadas, presentes em 17 estados do País, a Companhia transmite aproximadamente 33% de toda a energia elétrica do Brasil e 94% da energia do Estado de São Paulo.

A coordenação e o controle da operação das instalações da Companhia, e de todas as instalações de geração e transmissão de energia elétrica do SIN, são de responsabilidade do Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS"), sob fiscalização e regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

Em 30 de junho de 2020, a capacidade instalada da Companhia (controladora, controladas e coligadas em operação) totalizou 65,9 mil MVA de transformação, 18,6 mil quilômetros de linhas de transmissão, 25,8 mil quilômetros de circuitos e 126 subestações próprias.

Para operar com eficiência nosso complexo sistema de transmissão, dispomos de uma equipe de mais de 1.400 colaboradores e instalações que proporcionam qualidade e confiabilidade na prestação dos serviços.

Comprometidos com o desenvolvimento da infraestrutura energética do País, realizamos contínuos investimentos, mantendo nossa rede modernizada e contribuindo diretamente para a expansão do sistema de transmissão nacional. Nos últimos quatro anos a Companhia arrematou treze lotes em leilões de transmissão realizados pela ANEEL.



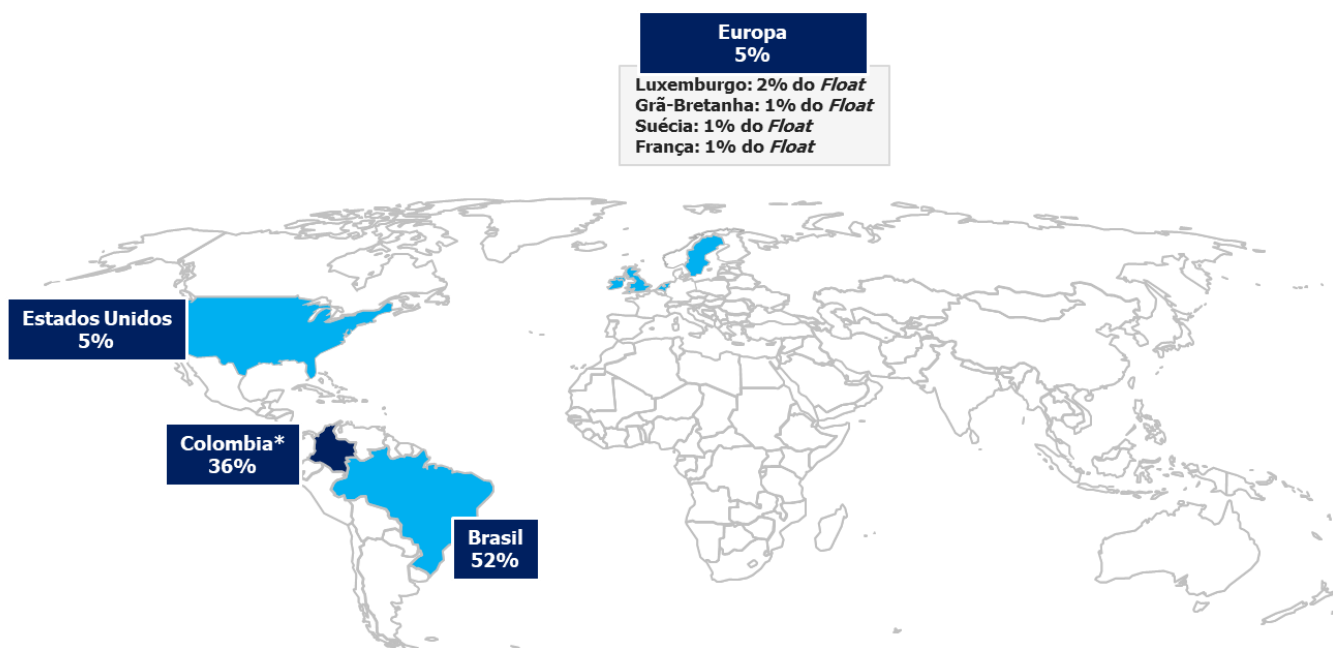
Composição Acionária

A ISA CTEEP é controlada pela ISA, empresa multilatina de sistemas de infraestrutura lineares.

Acionistas	TRPL3 (ON)	%	TRPL4 (PN)	%	Total	%
ISA Capital do Brasil	230.856.832	89,50%	5.144.528	1,28%	236.001.360	35,82%
Administradores	0	0,00%	4.000	0,00%	4.000	0,00%
Ações em Circulação	27.080.900	10,50%	395.797.044	98,72%	422.877.944	64,18%
Eletrobras	25.158.644	9,75%	212.276.657	52,94%	237.435.301	36,04%
Outros	1.922.256	0,75%	183.520.387	45,77%	185.442.643	28,14%
Total	257.937.732	100%	400.945.572	100%	658.883.304	100%

Data base: 30/06/2020

Distribuição do Capital Total em 30/06/2020



* Considera participação da Isa Capital do Brasil, veículo de investimento da ISA Colômbia para a aquisição da ISA CTEEP.

** 2% do *Float* está pulverizado nas demais regiões

Excluindo as participações de Eletrobras e ISA, em 30 de junho de 2020, 43% da base acionária era composta por investidores estrangeiros (24% América do Norte, 16% Europa, 2% Ásia e 1% Oceania) e 57% por investidores brasileiros.

Estrutura Societária

A estrutura societária da ISA CTEEP compreende suas empresas controladas e coligadas, conforme demonstrado abaixo:

		Local	RAP Ciclo 2020/2021 ¹ (R\$ milhões)	RAP Ciclo ISA CTEEP 2020/2021 (R\$ milhões)	Regime Fiscal ²	Participação (%)	Consolidação
ISA CTEEP	Operacional	São Paulo	3.131	3.131	Lucro Real	ISA CTEEP 100%	Integral
IE Madeira	Operacional	Rondônia / SP	552	282	Lucro Real	ISA CTEEP 51% / Fumas 24,5% / Chesf 24,5%	Equivalência Patrimonial
IE Ivaí	Em construção	Paraná	300	150	Lucro Real	ISA CTEEP 50% / TAESA 50%	Equivalência Patrimonial
IE Paraguaçu	Em construção	Bahia / MG	121	61	Lucro Real	ISA CTEEP 50% / TAESA 50%	Equivalência Patrimonial
IE Garanhuns	Operacional	Pernambuco	95	48	Lucro Real	ISA CTEEP 51% / Chesf 49%	Equivalência Patrimonial
IE Aimorés	Em construção	Minas Gerais	81	41	Lucro Real	ISA CTEEP 50% / TAESA 50%	Equivalência Patrimonial
IE Pinheiros	Operacional	São Paulo	63	63	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
IE Aguapeí	Em construção	São Paulo	60	60	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
IE Serra do Japi	Operacional	São Paulo	56	56	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
IE Itaúnas	Em construção	Espírito Santo	53	53	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
IE INNE	Operacional	Tocantins	53	53	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
IE Itaquaré	Em construção	São Paulo	52	52	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
IE MG	Operacional	Minas Gerais	20	20	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
	Em construção	Minas Gerais	33	33			
Evrecy	Operacional	Espírito Santo	13	13	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
	Em construção	Rio Grande do Sul	38	38			
IE Biguaçu	Em construção	Santa Catarina	41	41	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
IE Tibagi	Em construção	SP / Paraná	21	21	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
		Mato Grosso do Sul / SP	5	5			
IE Itapura	Operacional	São Paulo (Bauru)	12	12	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
	Em construção	São Paulo (Lorena)	11	11			
IE Sul	Operacional	Rio Grande do Sul	20	20	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
Total			4.830	4.263			

¹ RAP ciclo 2020/2021 com PA, líquida de PIS e COFINS

² Lucro Presumido: calcula-se presunção de 8% sobre a receita operacional com retenção de 25% de IR sobre o valor presumido. Para o CSLL, calcula-se presunção de 12% sobre a receita operacional com retenção de 9% de CSLL sobre o valor presumido. Lucro Real: 34% de IR + CSLL sobre lucro tributável apurado

Crescimento

A ISA CTEEP está constantemente avaliando oportunidades no mercado para o seu crescimento e tem avançado neste âmbito. A estratégia da Companhia consiste em expandir a sua presença no território nacional através de leilões e/ou aquisições com sinergias com as operações existentes, respeitando o retorno mínimo exigido.

Nos últimos quatro anos, a Companhia arrematou treze lotes em leilões de transmissão realizados pela ANEEL, que somam investimento ANEEL (ponderado pela participação da ISA CTEEP) de R\$ 5 bilhões com incremento da RAP (ciclo 2020/2021) de cerca de R\$ 577 milhões, após a entrada em operação dos ativos. Até 30 de junho de 2020, foram investidos cerca de R\$ 1,4 bilhão nos 13 projetos arrematados nos leilões de 2016 a 2019.

Outra importante avenida de crescimento é o investimento em projetos de reforços e melhorias. Nos últimos 7 anos, a Companhia investiu uma média de R\$ 215 milhões/ano com RAP média associada de cerca de R\$ 45 milhões/ano. É importante ressaltar que estes valores representam uma média, pois dependem de Resoluções Autorizativas da ANEEL, e podem não ser lineares. A Companhia possui autorizações para mais de R\$ 700 milhões de investimentos em reforços e melhorias que serão executados nos próximos anos.

Leilões	Subsidiárias	% ISA CTEEP	Localidade	Investimento ANEEL Participação ISA CTEEP (R\$ MM)	Deságio	RAP ISA CTEEP Ciclo 2020/2021 (R\$ MM)	Assinatura do Contrato	Prazo de Implementação ANEEL	Data de Necessidade¹	Licenciamento Ambiental (LI)	Início da Construção	Entrada em Operação Comercial
Leilão 013/2015 28/10/2016	IE Paraguaçu (Lote 3)	50%	Bahia Minas Gerais	255	0,0%	60	fev/17	fev/22	jan/19²	✓	2T19	-
	IE Aimorés (Lote 4)	50%	Minas Gerais	171	0,0%	40	fev/17	fev/22	jan/19²	✓	2T19	-
	IE Itaúnas (Lote 21)	100%	Espírito Santo	298	25,1%	53	fev/17	fev/22	jul/18	✓	3T18	-
Leilão 05/2016 24/04/2017	IE Ivaí (Lote 1)	50%	Paraná	968	33,2%	150	ago/17	ago/22	fev/21³	✓	4T19	-
	IE Tibagi (Lote 5)	100%	São Paulo Paraná	135	32,2%	21	ago/17	ago/21	jan/17	✓	3T18	-
	IE Itaquere (Lote 6)	100%	São Paulo	398	44,5%	52	ago/17	ago/21	jun/18	✓	3T18	-
	IE Aguapeí (Lote 29)	100%	São Paulo	602	52,7%	60	ago/17	ago/21	dez/18	✓	3T19	-
	IE Itapura (Lote 25)	100%	São Paulo (Bauru)	126	57,6%	12	ago/17	fev/21	ago/19	✓	2T18	ago/19
Leilão 02/2018 29/06/2018	IE Itapura (Lote 10)	100%	São Paulo (Lorena)	238	73,9%	11	set/18	set/22	jan/20	✓	3T19	-
	IE Biguaçu (Lote 1)	100%	Santa Catarina	641	66,7%	41	set/18	set/23	set/21	3T20	-	-
Leilão 02/2019 19/12/2019	Minuano (Lote 1)	100%	Rio Grande do Sul	682	66,9%	38	mar/20	dez/24	jan/20	3T21	-	-
	Três Lagoas (Lote 6)	100%	Mato Grosso do Sul São Paulo	99	68,1%	5	mar/20	jun/23	jan/20	1T21	-	-
	Triângulo Mineiro (Lote 7)	100%	Minas Gerais	554	65,4%	33	mar/20	dez/24	jan/20	3T21	-	-
Total				5.165		577						

IE Paraguaçu

O empreendimento está localizado nos estados da Bahia e de Minas Gerais e é formado pela implementação de 338 km de linhas de transmissão. Em maio de 2019, a transmissora obteve a Licença de Instalação ("LI") para o empreendimento, emitida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis ("IBAMA"), e as obras iniciaram no 2T19.

IE Aimorés

O empreendimento está localizado no estado de Minas Gerais e é formado pela implementação de 208 km de linhas de transmissão. Em abril de 2019, a subsidiária obteve LI expedida pelo IBAMA e as obras iniciaram no 2T19.

IE Itaúnas

O empreendimento está localizado no estado do Espírito Santo e é formado pela implantação de 79 km de linhas de transmissão, a construção de uma nova subestação e a ampliação de uma subestação existente. A subsidiária iniciou as obras de ampliação no 3T18. As licenças de instalação para a linha de transmissão e para a construção da subestação foram expedidas em agosto de 2019, e suas obras iniciadas no 3T19.

IE Ivaí

O empreendimento está localizado no estado do Paraná e é formado pela implementação de 3 subestações com potência total de 2.988 MVA, além de 599 km de linhas de transmissão em Circuito Duplo. Em outubro de 2019, as obras foram iniciadas.

IE Tibagi

O empreendimento do lote 5 do leilão de 2017 está localizado nos estados de São Paulo e Paraná e é formado pela implantação de uma linha de transmissão de 18 km e uma subestação. Em julho de 2018, a subsidiária obteve LI do IBAMA e iniciou suas obras no 3T18.



IE Itaquerê

O empreendimento está localizado no estado de São Paulo e é formado pela implantação de três compensadores síncronos 500 kV (-180/+300) MVA na subestação Araraquara 2 (existente, operada pela State Grid). A instalação desses equipamentos na subestação garante benefícios para o SIN, e em especial no controle de tensão para os sistemas de 440 e 500 kV do Estado de São Paulo. A subsidiária iniciou suas obras no 3T18.

IE Aguapeí

O empreendimento está localizado no estado de São Paulo e é formado pela implantação de subestações de 1.400 MVA de potência e 111 km de linhas de transmissão. Em junho de 2019, a subsidiária obteve todas as LI's expedidas pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo ("CETESB") e iniciou suas obras no 3T19.

IE Itapura

O empreendimento do lote 25 do leilão de 2017 está localizado no estado de São Paulo e é formado pela implantação de um compensador estático 440 kV (-125/+250) MVAR na subestação Bauru (existente). A instalação desse equipamento na subestação garante benefícios para o SIN, e em especial no controle de tensão na malha de 440 kV do Estado de São Paulo. As obras foram iniciadas no 2T18 e concluídas no 3T19, quando o empreendimento obteve o Termo de Liberação Definitiva ("TLD") do ONS referente ao início da sua operação comercial plena em 27 de agosto de 2019.

Nessa SPE, foi incorporado o Lote 10 do leilão de 2018, formado pela implantação de uma subestação com potência máxima de 1.200 MVA, na cidade de Lorena, estado de São Paulo, e linha de transmissão de 6 km em circuito duplo. Em agosto de 2019, a subsidiária obteve LI expedida pela CETESB referente à subestação do empreendimento, dando início imediato às obras no 3T19.

IE Biguaçu

O empreendimento está localizado no estado de Santa Catarina e é formado pela implementação de uma subestação de 300 MVA de potência, a ampliação de uma subestação, e a construção de uma linha de transmissão de 57 km, incluindo trechos aéreos, submarinos e subterrâneos. A expectativa de obtenção da LI é no 3T20.

Projeto Três Lagoas (Tibagi)

O empreendimento está localizado no estado de São Paulo e Mato Grosso do Sul, formado pela implementação de 37 km de linhas de transmissão, além da ampliação de duas subestações. A expectativa de obtenção da LI é no 1T21.

Projeto Minuano (Evrecy)

O empreendimento está localizado no estado do Rio Grande do Sul e é formado pela implementação de uma subestação com 2.700 MVA de potência, além da construção de 169 km em linhas de transmissão, dos quais 44 km são em Circuito Duplo. A expectativa de obtenção da LI é no 3T21.

Projeto Triângulo Mineiro (IEMG)

O empreendimento está localizado no estado de Minas Gerais e é formado pela implementação de 4 subestações com potência total de 1.600 MVA, além de cerca de 172 km de linhas de transmissão. A expectativa de obtenção da LI é no 3T21.

DESEMPENHO OPERACIONAL

Somos uma das principais referências no setor em termos de desempenho. Realizamos uma gestão constante e minuciosa de nossos indicadores operacionais, entre os quais se destaca o Índice de Energia Não Suprida ("IENS"), obtido pela relação entre o total de energia não suprida durante todas as ocorrências no ano e o total da demanda de energia suprida pela Companhia. No 2T20, o IENS da Companhia totalizou $6,8 \times 10^{-6}$ vs. $2,72 \times 10^{-6}$ no 2T19. No acumulado do ano (1S20), o indicador foi de $3,6 \times 10^{-6}$ (vs. $13,3 \times 10^{-6}$ no 1S19). Para o SIN, o IENS no acumulado do ano (1S20) totalizou $24,0 \times 10^{-6}$.

A ISA CTEEP é remunerada pela disponibilidade de seus ativos por meio da RAP. Isso significa que qualquer indisponibilidade em seus ativos poderá acarretar perda de sua receita, por meio de desconto na receita auferida (Parcela Variável - PV). No 2T20, a PV aplicada foi de 1,44% da RAP de rede básica e fronteira. No acumulado do ano (1S20), o indicador foi de 1,15%.

DESEMPENHO FINANCEIRO (Resultados Regulatórios)

Receita Operacional

No 2T20, a receita operacional bruta consolidada atingiu R\$ 1.700,5 milhões (+R\$ 892,9 milhões vs. 2T19). No 1S20, a receita operacional bruta consolidada atingiu R\$ 2.552 milhões (+R\$ 937,5 milhões vs. 1S19). Esses resultados são explicados, principalmente, pela Parcela de Ajuste (PA) referente à aplicação da Revisão Tarifária Periódica (RTP) do contrato renovado, o 059, e da remuneração do componente financeiro da RBSE pelo custo do capital próprio ("Ke"), no valor de R\$ 894,1 milhões, que será recebida até junho de 2023.

A PA (RTP e RBSE) é composta por: (i) +R\$ 931 milhões referente à parcela do Ke no componente financeiro da RBSE de 2017 a 2020 atualizada pela inflação; (ii) +R\$43 milhões da atualização do WACC e do novo banco de preços na Base de Remuneração Regulatória no processo de RTP; e (iii) -R\$80 milhões da redução escalonada na receita de O&M definida na RTP (-17% em 2023) referente aos ciclos 2018-2020.

Expurgando a PA (RTP e RBSE), a receita operacional bruta teria totalizado R\$ 806,4 milhões no 2T20, estável em relação ao 2T19. No 1S20, a receita operacional bruta teria totalizado R\$ 1.657,9 milhões (+2,7% vs 1S19).

Receita Operacional (R\$ Milhões)	Consolidado					
	2T20	2T19	Var (%)	1S20	1S19	Var (%)
Receita de Uso da Rede Elétrica	1.693,1	800,4	111,5%	2.536,8	1.600,3	58,5%
RBSE	415,5	397,0	4,7%	830,9	793,9	4,7%
Receita de O&M	238,1	223,8	6,4%	473,4	447,5	5,8%
<i>Novos investimentos</i>	15,1	10,4	44,5%	29,7	28,0	6,2%
<i>Ativos existentes</i>	223,0	213,3	4,6%	443,7	419,5	5,8%
Receita de CAEE	133,4	126,0	5,9%	264,6	246,4	7,4%
<i>Novos investimentos</i>	91,4	85,4	7,1%	180,6	165,1	9,4%
<i>Ativos existentes</i>	42,0	40,6	3,4%	84,0	81,3	3,4%
PA, PV e Antecipações	865,3	10,5	8140,7%	886,1	30,6	2797,6%
<i>PA RBSE</i>	894,1	-	N.A.	894,1	-	N.A.
<i>Outras PA, PV e Antecipações</i>	-28,8	10,5	-374,0%	-8,0	30,6	-1,3
Encargos Regulatórios	40,7	43,2	-5,7%	81,8	81,9	-0,1%
Outras	7,5	7,2	4,6%	15,2	14,2	7,0%
Receita Bruta	1.700,5	807,6	110,6%	2.552,0	1.614,5	58,1%
Deduções	-203,9	-115,2	77,1%	-321,1	-227,9	40,9%
Receita Líquida	1.496,6	692,4	116,1%	2.230,9	1.386,6	60,9%

As deduções da receita bruta referem-se aos impostos (PIS/COFINS) e encargos regulatórios (CDE, PROINFA, RGR, P&D e Taxa de Fiscalização) que são repassados na tarifa (*grossup*). As deduções atingiram R\$ 203,9 milhões 2T20 e R\$ 321,1 milhões no 1S20. As variações devem-se, principalmente, ao incremento de PIS e COFINS sobre a PA da RTP e

do Ke, no valor de R\$ 83 milhões. Desta forma, a receita líquida totalizou R\$ 1.496,6 milhões no 2T20 e R\$ 2.230,9 milhões no 1S20.

Custos e Despesas de O&M

Custos e Despesas de O&M (R\$ milhões)	Consolidado					
	2T20	2T19	Var (%)	1S20	1S19	Var (%)
Pessoal	(75,8)	(86,1)	-12,0%	(150,7)	(169,2)	-11,0%
Materiais	(4,0)	(3,7)	8,5%	(7,0)	(6,8)	2,4%
Serviços	(27,0)	(60,2)	-55,2%	(57,0)	(87,2)	-34,5%
Contingências	(1,0)	(5,9)	(82,7%)	0,9	(6,1)	(114,4%)
Outros	(18,8)	(14,8)	26,9%	(40,4)	(31,6)	27,8%
Sub -Total	(126,5)	(170,6)	-25,8%	(254,2)	(300,9)	-15,5%
Depreciação	(140,2)	(144,6)	(3,0%)	(280,8)	(289,5)	(3,0%)
Total	(266,8)	(315,2)	-15,4%	(535,0)	(590,4)	-9,4%

Os custos e despesas de O&M (PMSO), ex-depreciação, totalizaram R\$ 126,5 milhões no 2T20 (-25,8% vs. 2T19) e R\$ 254,2 milhões (-15,5% vs. 1S19). As variações podem ser explicadas:

- (i) pela redução na linha de pessoal devido à menor quantidade de colaboradores em 2020 na comparação com o mesmo período de 2019 e ganhos de eficiência com readequação de processos e na operação;
- (ii) pela redução na linha de serviços em função, principalmente, dos gastos não recorrentes com honorários advocatícios (R\$ 28 milhões) ocorridos no 2T19 e do menor gasto com serviços relacionados a viagens, eventos e treinamentos;
- (iii) pelo melhor resultado de contingências devido às baixas por mudança de prognósticos; parcialmente compensados
- (iv) pela elevação na linha de outros devido ao descasamento temporal de taxa de licenciamento de *software* que em 2019 ocorreu no 3º trimestre.

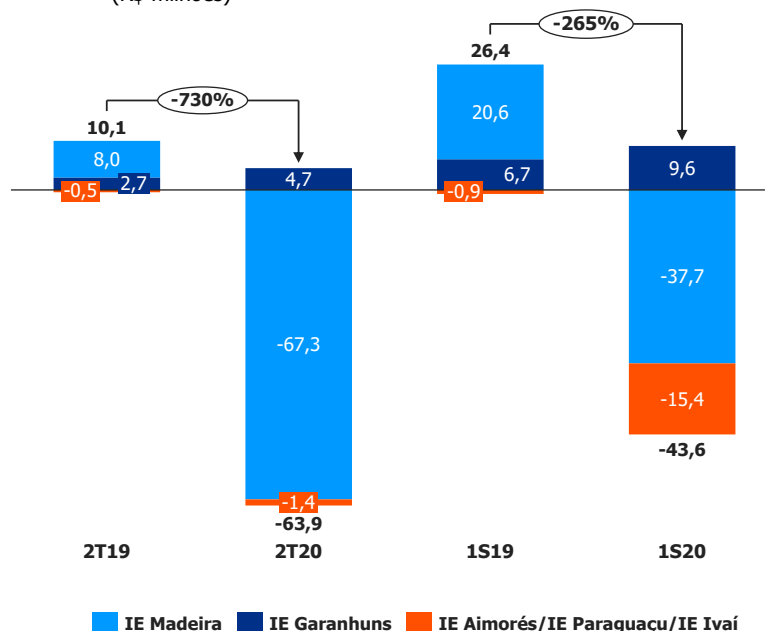
Excluindo os efeitos não recorrentes de 2019, o PMSO teria apresentado redução de 11% no 2T20 vs 2T19 e de 8% no acumulado do ano vs 1S19.

Equivalência Patrimonial

O resultado da equivalência patrimonial registrou despesa de R\$ 63,9 milhões no 2T20 versus uma receita de R\$ 10,1 milhões no 2T19. No 1S20 o resultado da equivalência patrimonial foi uma despesa de R\$ 43,6 milhões versus uma receita de R\$ 26,4 milhões no 1S19.

Ambas as variações são explicadas, principalmente, pelo reconhecimento de provisão referente ao processo judicial de arbitragem na IE Madeira (detalhes na página 22), parcialmente compensado pelo melhor resultado operacional com o recebimento integral da RAP desde setembro de 2019 e pela disciplina de custo. O desempenho das subsidiárias pré-operacionais (IE Aimorés, IE Paraguaçu e IE Ivaí) é explicado principalmente pelos encargos e variação monetária decorrente da emissão de debêntures em IE Ivaí para o *funding* do projeto. A IE Garanhuns apresentou evolução no resultado em função do incremento no EBITDA e melhor resultado financeiro.

Resultado de Equivalência Patrimonial (R\$ milhões)



EBITDA e Margem

EBITDA (R\$ milhões)	Consolidado					
	2T20	2T19	Var (%)	1S20	1S19	Var (%)
Lucro líquido	920,8	240,3	283,1%	1.244,6	474,4	162,3%
Tributos sobre o lucro (IR/CSLL)	362,5	98,1	269,4%	466,4	235,2	98,3%
Resultado financeiro líquido	27,9	49,2	(43,3%)	76,5	103,7	-26,2%
Depreciações e amortizações	140,8	145,2	(3,0%)	282,0	290,7	-3,0%
EBITDA ICVM nº 527/12	1.452,0	532,8	172,5%	2.069,4	1.104,1	87,4%
EBITDA Coligadas (ponderado pela participação ISA CTEEP)	61,9	48,3	28,3%	136,1	108,2	25,7%
Equivalência Patrimonial ¹	(23,3)	(10,1)	129,5%	(43,6)	(26,4)	65,2%
Reconhecimento PA (RTP e RBSE)	(803,4)	-	N.A.	(803,4)	-	N.A.
Custos e despesas não recorrentes ²	-	28,0	(100,0%)	2,5	27,8	-91,0%
EBITDA Ajustado	687,3	599,0	14,7%	1.361,0	1.213,7	12,1%
Margem EBITDA Ajustado	89,9%	78,3%	11,7 p.p.	86,4%	79,5%	6,9 p.p.

¹Expurga o impacto referente ao processo de arbitragem de IE Madeira proporcional à participação da ISA CTEEP.

² Os custos e despesas não recorrentes são referentes aos autos de infração e honorários advocatícios.

Para refletir a geração de caixa operacional, a Companhia apresenta o EBITDA Ajustado, que totalizou R\$ 687,3 milhões no 2T20, aumento de 14,7% na comparação com o 2T19. No 1S20, o EBITDA Ajustado totalizou R\$ 1,4 bilhão, aumento de 12,1% comparado ao 1S19. O aumento do Ebitda Ajustado é explicado, principalmente, pelos menores custos e despesas operacionais na comparação dos períodos, conforme explicado acima. A PA (RTP e RBSE) foi provisionada no

2T20 mas será recebida nos próximos 3 anos, de julho de 2020 a junho de 2023. Dessa forma, foi excluída a PA (RTP e RBSE) do EBITDA Ajustado do 2T20 e será considerada conforme recebimento, ao longo dos próximos trimestres.

O EBITDA Ajustado exclui a equivalência patrimonial e outros efeitos não recorrentes, e inclui o EBITDA proporcional à participação nas coligadas com o objetivo de apresentar uma visão mais adequada da geração de caixa operacional da Companhia.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro consolidado atingiu despesa de R\$ 27,8 milhões no 2T20, redução de R\$ 21,2 milhões comparado à despesa no 2T19. No 1S20, o resultado financeiro atingiu despesa de R\$ 77,1 milhões, redução de R\$ 26,9 milhões na comparação com o 1S19. Tal resultado é explicado pela menor variação sobre empréstimos e debêntures devido à queda da taxa de juros.

Resultado Financeiro (R\$ milhões)	Consolidado					
	2T20	2T19	Var (%)	1S20	1S19	Var (%)
Receita Financeira	97,6	58,7	66,3%	291,4	65,6	344,2%
Rendimento de aplicação financeira	10,4	18,6	-44,1%	32,4	32,8	-1,2%
Operação de hedge	74,0	38,2	93,6%	244,1	29,2	736,0%
Outros	13,1	1,9	589,5%	14,8	3,6	311,1%
Despesa Financeira	-125,5	-107,9	16,3%	-368,6	-169,6	117,3%
Juros, encargos e variação sobre empréstimos	-41,9	-37,1	12,9%	-79,8	-74,5	7,1%
Operação de hedge	-78,2	-50,7	54,2%	-254,2	-53,8	372,5%
Outras	-5,3	-20,1	-73,6%	-34,6	-41,4	-16,4%
Total	-27,9	-49,2	-43,3%	-77,2	-104,0	-25,8%

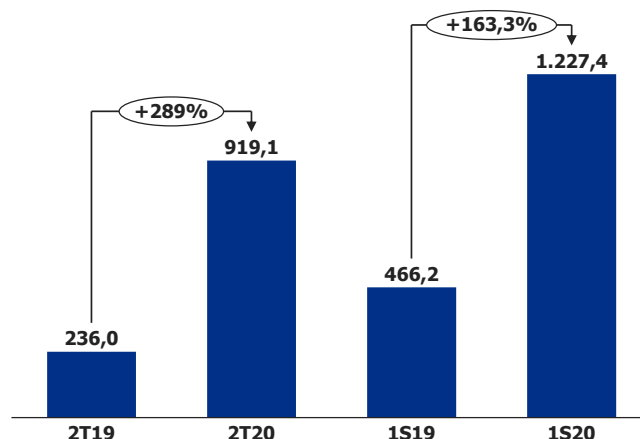
Outras Receitas Operacionais

Foi registrada receita de R\$ 145,3 milhões no 2T20 e de R\$ 135,1 milhões no acumulado do ano (1S20). Esse resultado é explicado, principalmente, pelo (i) ganho de R\$ 73 milhões decorrente da operação de *Real Estate* com a negociação de 395 mil m² de faixas de domínio com a Prefeitura de São José dos Campos para o desenvolvimento de um projeto de mobilidade urbana no município e, pelo (ii) ganho no valor de R\$ 75 milhões resultante da decisão favorável em um processo judicial referente à indenização por desapropriação de terrenos da antiga EPTE.

Lucro Líquido¹

Pelos fatores apresentados acima, o lucro líquido atingiu R\$ 919,1 milhões no 2T20 e R\$ 1.227,4 milhões no 1S20. Expurgando os efeitos da PA da RTP e RBSE do resultado, o lucro líquido teria sido de R\$ 411,7 milhões no 2T20 (+74%) e R\$ 720 milhões no 1S20 (+54%).

(R\$ milhões)



¹ Ajustado pela participação do acionista não controlador

Comparativo de Resultados (Regulatório vs. IFRS)

No 2T20 a Companhia registrou os seguintes impactos contábeis nas demonstrações financeiras em IFRS decorrentes da Revisão Tarifária Periódica do contrato renovado (059/2001) e da atualização da RBSE:

- RBSE (+R\$ 1,2 bilhão): revisão do fluxo de recebimento de caixa do RBSE com a atualização do WACC, da BRR e do prazo de recebimento do componente econômico de acordo com a vida útil do ativo, que remensurou o ativo financeiro referente às instalações do sistema existente -R\$ 1,2 bilhão na receita operacional líquida (R\$ 119 milhões referente PIS e COFINS diferidos), R\$ 397 milhões nas provisões para imposto de renda e contribuição social diferidos e R\$ 770 milhões no lucro líquido;
- Ke no RBSE (+R\$ 72 milhões): atualização pela inflação das parcelas referentes ao custo de capital próprio (Ke) relativos aos ciclos tarifários 2017-2020;
- Revisão tarifária da receita de O&M (-R\$ 80 milhões): reconhecimento da parcela de ajuste negativa em Serviços de O&M no montante de R\$ 80 milhões registrada na rubrica receita de operação e manutenção, referente aos valores retroativos dos ciclos tarifários 2018-2020;
- RBNI (-R\$ 142 milhões): revisão do fluxo de recebimento de caixa esperado referente à remuneração dos investimentos de implementação de infraestrutura que, descontado a valor presente, apresentou uma redução de R\$ 142 milhões registrado na rubrica remuneração do ativo de concessão, R\$ 129 milhões na receita operacional líquida (R\$ 13 milhões referente PIS e COFINS diferidos), R\$ 44 milhões nas provisões para imposto de renda e contribuição social diferidos e R\$ 85 milhões no lucro líquido.

Nas demonstrações financeiras regulatórias, foi contabilizada a PA (RTP e RBSE) de R\$ 894,1 milhões, conforme explicado na página 9.

As principais variações entre o resultado consolidado em IFRS e Regulatório no trimestre e acumulado do ano estão apresentadas abaixo:

DRE Consolidada (R\$ milhões)	IFRS	Regulatório	Varição	IFRS	Regulatório	Varição
IFRS vs. Regulatório	2T20	2T20		1S20	1S19	
Receita Operacional Bruta	1.724	1.567	-157	2.654	266.840	264.186
Receita de O&M ¹	250	250	0	547	547	0
Receita CAAE (Custo Anual dos Ativos Elétricos) ²	0	0	0	0	264.553	264.553
Receita RBSE	1.407	415	-992	1.693	831	-862
Parcela de Ajuste (P.A.) RBSE	-80	894	0	-80	894	0
Implementação de infraestrutura	198	0	-198	345	0	-345
Remuneração do ativo da concessão	-59	0	59	134	0	-134
Ganho na eficiência na implementação de infraestrutura	0	0	0	0	0	0
Outras receitas	7	7	0	15	15	0
Deduções	-206	-204	2	-331	-321	10
Receita Operacional Líquida	1.518	1.497	-21	2.324	266.519	264.196
Custos de Construção	-187	0	187	-329	0	329
Custos de O&M e Despesas Gerais	-129	-127	3	-252	-254	-2
Depreciação	-5	-140	-136	-9	-281	-272
Resultado do Serviço	1.197	1.230	33	1.734	265.984	264.251
Equivalência Patrimonial	-95	-64	32	-33	-44	-11
Outras receitas (despesas) operacionais	147	146	-1	153	136	-16
Resultado Antes do Resultado Financeiro e Tributos	1.248	1.312	63	1.853	266.077	264.224
Resultado Financeiro	-28	-28	0	-77	-77	1
IR & CSLL	-339	-363	-23	-487	-466	20
Lucro Líquido antes da participação do acionista não controlador	881	921	70	1.288	1.245	264.218
Participação do acionista não controlador	-2	-2	0	-17	-17	0
Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	879	919	40	1.271	1.227	-44

¹ Contempla RAP de O&M, PA, PV, Antecipações e Encargos Regulatórios da Controladora e Controladas

² Contempla Receita de CAAE de Controladora e Controladas

Receita: No IFRS, as receitas referentes aos investimentos realizados ao longo da concessão são registradas como ativo contratual. No regulatório, os investimentos são tratados como ativo imobilizado, depreciados considerando sua vida útil, e a RAP conforme o faturamento, no prazo da concessão.

Custos: No IFRS, os custos de implementação de infraestrutura referem-se ao investimento realizado, neutralizados pela receita de implementação de infraestrutura, calculada a partir do investimento acrescido das alíquotas de PIS/COFINS e outros encargos.

Depreciação: No IFRS, o ativo da concessão não é considerado ativo imobilizado, e sim ativo contratual ou financeiro. O imobilizado do IFRS refere-se substancialmente a bens utilizados pela Companhia e não vinculado ao contrato de concessão. No Resultado Regulatório, o ativo da concessão é considerado imobilizado, com sua respectiva depreciação.

Equivalência Patrimonial: Os principais efeitos da equivalência patrimonial acompanham as explicações da receita, custos e depreciação explicados acima.

IR/CSLL: No IFRS, o IR/CSLL são provisionados mensalmente, obedecendo ao regime de competência e apurado conforme previsto na Lei 12.973/14. A Companhia adota o regime de lucro real com estimativa mensal. A alíquota efetiva consolidada no 2T20 totalizou 28% e no acumulado do ano 26%.

ENDIVIDAMENTO

Em 30 de junho de 2020, a dívida bruta atingiu o montante de R\$ 4.076,3 milhões, aumento de R\$ 832,4 milhões em relação ao saldo verificado em 31 de dezembro de 2019, principalmente em função da captação (CCB) realizada no 2T20 e do impacto da variação cambial nas dívidas contratadas em moeda estrangeira. Vale ressaltar que todas as dívidas nos termos da Lei 4.131 contam com operações de SWAP (hedge).

Em função do CPC 06 (R2), a partir de janeiro de 2019, a Companhia passou a reconhecer os passivos para pagamentos futuros para todos os contratos de arrendamento, com exceção dos contratos de curto prazo e/ou baixo valor. No 2T20,

foram adicionados R\$ 56,7 milhões à dívida bruta do IFRS referentes aos arrendamentos que a Companhia possui. Desta forma, a dívida bruta do IFRS totalizou R\$ 4.133,0 milhões. A contabilidade regulatória não foi alterada.

O aumento nas disponibilidades da ISA CTEEP e controladas no 2T20 reflete a captação de R\$ 650 milhões por meio da emissão CCB para reforço da posição de caixa da Companhia. Considerando a exclusão das disponibilidades das controladas em conjunto, a dívida líquida da Companhia atingiu R\$ 2.559,9 milhões ao final de junho de 2020 vs. R\$ 2.546,6 milhões em dezembro de 2019 e a relação Dívida Líquida/EBITDA Ajustado foi de 1,0x no fechamento do 2T20.

Empréstimos e Financiamentos	30/06/2020	31/12/2019	Var (%)
R\$ (milhões)			
Dívida Bruta	4.076,3	3.243,9	25,7%
Curto Prazo	1.282,6	1.077,4	19,0%
Longo Prazo	2.793,7	2.166,4	29,0%
Disponibilidades Consolidadas	1.885,6	2.664,6	-29,2%
Disponibilidades ISA CTEEP e Controladas	1.516,4	697,3	117,5%
Disponibilidades Controladas em Conjunto ¹	369,2	1.967,3	-81,2%
Dívida Líquida²	2.559,9	2.546,6	0,5%

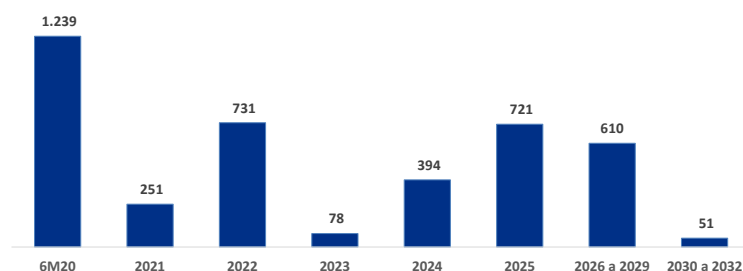
¹ Parte dos recursos da Companhia estão em fundos de investimentos exclusivos, que também são utilizados de forma segregada pelas empresas controladas e coligadas, e referem-se a quotas de fundos de investimentos com alta liquidez, prontamente conversíveis em montante de caixa, independentemente do vencimento dos ativos neles alocados

² Dívida líquida considera disponibilidades ISA CTEEP e Controladas

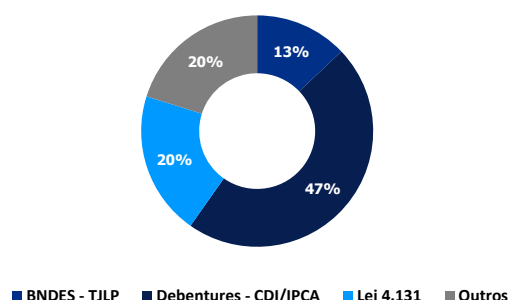
Os *covenants* e as exigências estabelecidas em todas as emissões estão sendo devidamente cumpridos pela Companhia. Para 2020, o indicador Dívida Líquida/EBITDA mais restritivo é de 3,0x. Detalhes sobre os indicadores financeiros estão disponíveis no anexo V deste documento.

O custo médio da dívida consolidada foi de 5,1% a.a. em 30 de junho de 2020 vs. 7,4% a.a. em 31 de dezembro de 2019, em função da queda do IPCA entre os períodos. O IPCA é o principal indexador de endividamento da Companhia e o principal indexador da receita. O prazo médio da dívida consolidada em 30 de junho de 2020 era de 3,1 anos.

Cronograma de Amortização da Dívida Bruta (R\$ milhões)



Contratação da Dívida e Indexação 30/06/2020



De julho a dezembro de 2020 estão previstos vencimentos de dívida no montante de R\$ 1,2 bilhão, compostos, principalmente, por dívidas nos termos da Lei no 4.131/62 e pela 6ª emissão de debêntures.

PROVENTOS

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição de dividendo mínimo que seja o maior valor entre R\$ 359 milhões e 25% do lucro líquido do exercício (IFRS). Adicionalmente, está prevista a possibilidade do pagamento de dividendos extraordinários.

Em junho de 2018, a administração informou a prática de proventos com proposta de distribuição de, no mínimo, 75% do lucro líquido regulatório (utilizado como proxy da geração de caixa), sujeita à aprovação em Assembleia, limitado à alavancagem máxima de 3,0x Dívida Líquida/EBITDA, e possibilidade de pagamento de dividendos intercalares, conforme previsto no Estatuto Social.

O Conselho de Administração aprovou proventos intermediários que serão imputados aos dividendos obrigatórios relativos ao exercício social de 2020 no montante de R\$ 250 milhões, da seguinte forma: (i) juros sobre capital próprio (JCP) no montante de R\$ 150 milhões, equivalente a R\$ 0,228164 por ação, aprovados em 13 de abril e pagos em 29 de abril aos acionistas na base acionária de 16 de abril (ações negociadas ex-direito a partir de 17 de abril de 2020); e (ii) dividendos no montante de R\$ 100 milhões, equivalente a R\$ 0,151772 por ação, aprovados em 01 de julho e pagos em 16 de julho aos acionistas na base acionária de 06 de julho (ações negociadas ex-direito a partir de 07 de julho de 2020).

Ainda em 2020 estão previstas deliberações de proventos nos meses de outubro e dezembro. O pagamento dos proventos a serem deliberados em dezembro deverá acontecer em 2021.

INVESTIMENTOS

A ISA CTEEP, suas controladas e coligadas investiram R\$ 282,8 milhões no 2T20, aumento de R\$ 115 milhões em relação ao mesmo período de 2019. Já no 1S20, os investimentos totalizaram de R\$ 561,1 milhões, aumento de R\$ 305,8 milhões em relação ao 1S19. Essas variações são explicadas, principalmente, pelo aumento nos investimentos das subsidiárias pré-operacionais com o avanço das obras. Os investimentos em reforços e melhorias não são comparáveis entre períodos, pois possuem carteiras de projetos distintos e dependem de Resoluções Autorizativas da ANEEL. A Companhia possui de mais R\$ 700 milhões de investimentos autorizados em reforços e melhorias que deverão acontecer nos próximos anos.

Investimentos						
(R\$ milhões)	2T20	2T19	Var (%)	1S20	1S19	Var (%)
Reforços/Melhorias	70,4	20,5	243,7%	77,5	37,5	106,7%
Projetos <i>Greenfield</i>	212,4	147,3	44,2%	483,7	217,8	122,1%
Total	282,8	167,8	68,6%	561,1	255,3	119,8%

MERCADO DE CAPITAIS

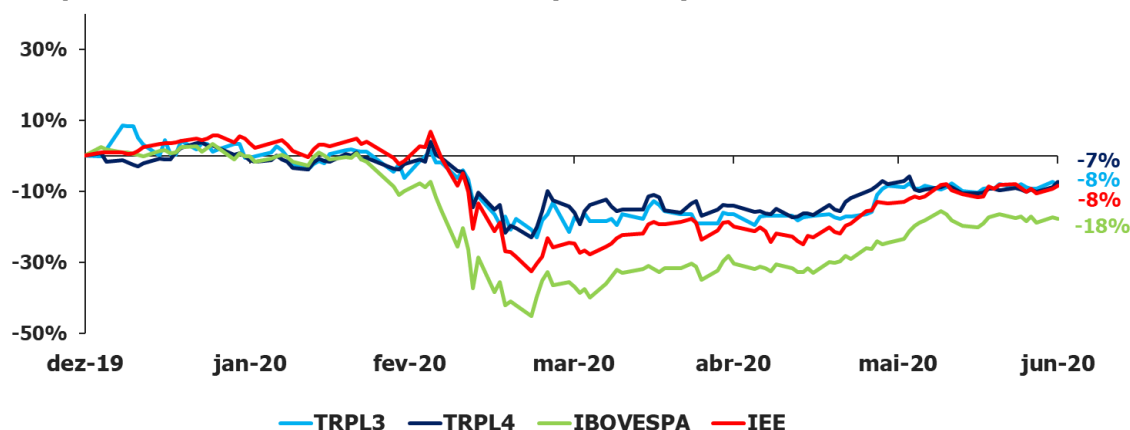
A ISA CTEEP possui ações ordinárias ("TRPL3") e ações preferenciais ("TRPL4") listadas e negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo ("B3") e integra, desde 2002, o Nível 1 de Governança Corporativa, valorizando a ética e transparência no relacionamento com acionistas e demais *stakeholders* da Companhia. As ações da Companhia integram diversos índices, entre eles, o Índice de Governança Corporativa, em que estão listadas as empresas com padrões diferenciados de governança corporativa e o Índice Brasil 100, que reúne as ações mais negociadas na B3. Adicionalmente, a Companhia participa do programa de *American Depositary Receipts* ("ADRs") – Regra 144A, nos Estados Unidos sob os códigos "CTPTY" (ação ordinária) e "CTPZY" (ação preferencial).

As ações ordinárias e preferenciais da ISA CTEEP encerraram o 2T20 cotadas a R\$ 25,25 e R\$ 20,91, respectivamente. O valor de mercado da Companhia, em 30 de junho de 2020, era de R\$ 14,9 bilhões.



No 2T20, o volume médio diário de negociação das ações preferenciais na B3 foi de R\$ 39,7 milhões, 33% acima daquele verificado no 2T19 (R\$ 29,9 milhões). A média diária de negociações foi de 3,7 mil negócios por dia, 32% acima dos 2,8 mil registrados no mesmo período do ano anterior.

Desempenho TRPL3, TRPL4 vs. IBOV e IEE (base 100): 30/12/2019 a 30/06/2020



EVENTOS DO PERÍODO

Captação de R\$ 650 milhões

Em 04 de maio de 2020, a Companhia concluiu a captação de R\$ 650 milhões por meio da emissão da Cédula de Crédito Bancário ("CCB") em favor do Banco Bradesco S.A. A data de emissão é 30 de abril de 2020, com prazo máximo de 2 anos (vencimento da última parcela em 20/04/2022), remuneração de CDI + 2,4499% ao ano, com amortização *bullet* e pagamento de juros trimestrais.

Essa captação está alinhada à estratégia financeira da Companhia e reforça a posição de caixa da ISA CTEEP no atual cenário econômico brasileiro e mundial.

[Clique aqui](#) para acessar os detalhes.

Efetivação do primeiro negócio de *Real Estate*

Em 05 de maio de 2020, a Companhia informou que negociou 395 mil m² de faixas de domínio, no montante de R\$ 73,5 milhões, com a Prefeitura de São José dos Campos, para o desenvolvimento de um projeto de mobilidade urbana no município. A Companhia recebeu R\$ 7,1 milhões na assinatura da escritura e a diferença (R\$ 66,4 milhões) em créditos para compensação do IPTU dos imóveis remanescentes na cidade, para os exercícios de 2019 a 2023.

A conclusão dessa operação está sujeita à aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e marca o primeiro negócio de Real Estate da ISA CTEEP, com o objetivo de maximizar a geração de valor a partir da utilização mais eficiente do acervo imobiliário da Companhia, mantendo a excelência na prestação do serviço público de transmissão de energia.

[Clique aqui](#) para acessar os detalhes.



Pagamento de juros referente à 6ª e 8ª Emissões de Debêntures

Em 12 de junho de 2020, a Companhia informou aos detentores das debêntures o pagamento de juros no valor de R\$ 19,56747000 por debênture referente à 6ª Emissão de Debêntures Simples, e o pagamento de juros referentes à 8ª Emissão de Debêntures Simples, no valor de R\$ 16,36179100 por debênture, realizados em 15 de junho de 2020.

[Clique aqui](#) para acessar os detalhes.

Publicação do Relatório de Sustentabilidade

[Clique aqui](#) para acessar o Relatório Anual de Sustentabilidade 2019 da ISA CTEEP.

Revisão Tarifária Contrato 059

Em 30 de junho de 2020, foi aprovada a Resolução Homologatória nº 2714/20 que apresentou o resultado da Consulta Pública nº 22/2020 ("CP") instituída com vistas a obter subsídios e informações adicionais para o aprimoramento da revisão da Receita Anual Permitida ("RAP") do Contrato de Concessão nº 59/2001, outorgado à Companhia.

A RAP revisada para o ciclo 18/19, na data base junho de 2018, é de R\$ 2.691,6 milhões, 9,75% superior à RAP homologada pela REH nº 2.408/2018. A diferença foi atualizada para a data base junho de 2020 e incorporada nos últimos 3 anos do ciclo (de 2020 a 2023) por meio de Parcela de Ajuste.

Importante ressaltar que a partir do ciclo 2020/2021 está considerada na RAP a parcela de remuneração do componente financeiro da RBSE pelo custo do capital próprio ("Ke"), que estava suspensa por força de liminar. O valor não recebido nos últimos três ciclos (2017-2020) será incorporado nos próximos 3 ciclos (2020-2023) por meio de PA.

A Companhia apresentou recursos administrativos em face da REH 2.714/20, em 13/07/2020, solicitando à ANEEL o pedido de reconsideração para alguns pleitos, dentre eles, o reconhecimento da necessidade de remunerar o custo de capital referente aos valores que deveriam ter sido pagos às Concessionárias de Transmissão prorrogadas pela Lei 12.783/2013 e estavam suspensos por força de decisões liminares ora cassadas de acordo com o racional imposto no art. 1º, § 3º, da Portaria MME 120/2016, qual seja: remuneração pelo custo do capital próprio real ("ke"), até a data do seu efetivo pagamento.

Revisão Tarifária Subsidiárias

Em 14 de junho de 2019, foi aprovada a Resolução Homologatória nº 2556/19 que apresentou a análise das contribuições da Audiência Pública nº10/2019 e o resultado da revisão periódica da Receita Anual Permitida ("RAP") referente às receitas ofertadas dos contratos de concessão de transmissão de energia elétrica com data de revisão em julho de 2019. Os contratos de concessão das subsidiárias IE Madeira, IE Pinheiros e IE Sul foram impactados pela revisão tarifária.

A ANEEL acatou parcialmente os recursos administrativos apresentados pela Companhia em face da REH 2566/2019 para cálculo do reposicionamento tarifário, porém os efeitos do referido ajuste somente serão percebidos a partir do ciclo 20/21.

Por ocasião da realização das RTP's em 2018 e 2019, os novos investimentos (RBNI) não foram revisados, em função do banco de preços de referência ANEEL e do WACC regulatório ainda não terem sido homologados.

Em 2020 os processos de RTP dos novos investimentos (RBNI) das empresas IENNE, IESUL e IE Pinheiros foram concluídos sendo seu resultado apresentado por meio das REH's 2.702 e 2.705/20. Desta forma, apresentamos o resultado consolidado dos efeitos da RTP para as referidas empresas:

Concessionárias (R\$ milhões)	Ano de revisão	RAP anterior à RTP ¹	RAP Revisada ²	Varição (%)
IENNE	2018	45,6	45,8	0,6%
IE Pinheiros		54,4	54,8	0,7%
IE Pinheiros	2019	11,5	11,3	-1,9%
IE Pinheiros	2019	36,7	37,5	2,2%
IE Pinheiros	2019	6,2	6,0	-4,1%
IE SUL		19,7	19,7	-
IE SUL	2019	13,3	13,5	1,9%
IE SUL	2019	6,4	6,2	-2,4%
IE Madeira		560	542,4	-3,1%
IE Madeira	2019	300,4	291,6	-2,9%
IE Madeira	2019	259,6	250,8	-3,4%

¹ Valor do ano anterior à RTP, na data base junho. Ou seja, para IENNE junho de 2017 e para as demais junho de 2018.

² Valor do ano da RTP, na data base junho. Ou seja, para IENNE junho de 2018 e para as demais junho de 2019.

EVENTOS SUBSEQUENTES

Deliberação de dividendos no montante de R\$ 100 milhões

Em 01 de julho de 2020, a Companhia informou a aprovação em Reunião do Conselho de Administração do pagamento de dividendos no valor total de R\$100 milhões, a título de dividendos intermediários, correspondentes a R\$ 0,151772 por ação de ambas as espécies. Os dividendos intermediários foram imputados aos dividendos obrigatórios relativos ao exercício social de 2020.

[Clique aqui](#) para acessar os detalhes.

Pagamento de juros referente à 4ª Emissão de Debêntures

A Companhia informou o pagamento de juros, em 15 de julho, no valor de R\$ 68,51611960 por debênture aos detentores das debêntures referentes à 4ª Emissão de Debêntures Simples.

[Clique aqui](#) para acessar os detalhes.

Assembleia Geral Extraordinária

Em 17 de julho, a Companhia realizou a Assembleia Geral Extraordinária para eleição da Sra. Raquel Mazal Krauss membro suplente do Conselho Fiscal em separado pelos acionistas detentores de ações preferenciais.

[Clique aqui](#) para acessar os detalhes.

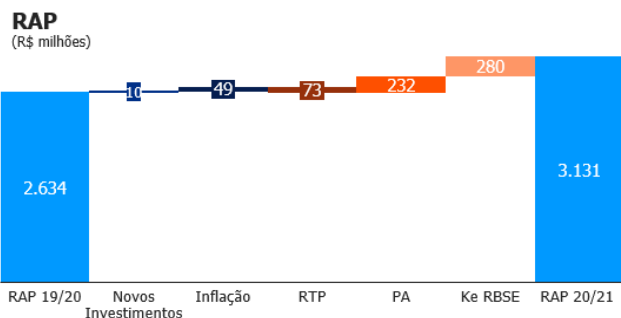
Reajuste Anual da RAP

Em 15 de julho de 2020, foi publicada a Resolução Homologatória (REH) nº 2.725 estabelecendo as novas RAPs da ISA CTEEP e suas Subsidiárias pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da Rede Básica e das Demais

Instalações de Transmissão, para o Ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 01 de julho de 2020 a 30 de junho de 2021 (ciclo 2020/2021).

De acordo com a REH nº 2.725, a RAP e os valores correspondentes à parcela de ajuste (PA) da **Controladora**, líquida de PIS e COFINS, passou a ser de R\$ 3.131 milhões no ciclo 2020/2021:

- correção monetária¹ do ciclo 2019/2020 (IPCA), no total de R\$ 49 milhões, que inclui a correção de R\$ 29 milhões referente à parcela de recebimento da RBSE;
- entrada em operação de novos projetos de reforços durante o Ciclo 2019/2020, que adicionou R\$ 10 milhões à RAP;
- reintegração na RAP da parcela do “ke” do componente financeiro da RBSE, que estava suspensa por força de liminares;
- efeitos da revisão tarifária periódica, que incluiu a revisão da base de ativos, alteração do WACC regulatório e definição de novo patamar para os custos de O&M, que juntos totalizam um impacto negativo de R\$ 73 milhões;
- parcela de ajuste positiva de R\$ 232 milhões explicada pelo recebimento da primeira parcela (parcela 01 de 03) da PA (RTP e RBSE) referente ao ajuste retroativo 2017-2020, no montante de +R\$ 303 milhões, parcialmente compensada pela devolução de receita recebida antecipadamente de -R\$ 71 milhões.



Impactos na RAP até a próxima RTP (2023)

- (-) RAP O&M (-4% a.a.) até 2023
- (+) Inflação
- (+) RAP de Novos Investimentos

A RAP das **Controladas** em operação (IEMG, Evrecy, IE Pinheiros, IE Serra do Japi, IENNE, IESUL e Itapura Bauru), líquida de PIS e COFINS, totalizou R\$ 237 milhões no ciclo 2020/2021. A variação apresentada é explicada pela:

- correção monetária¹ do ciclo 2019/2020 no total de +R\$ 6 milhões;
- pelo resultado do recurso administrativo em face a REH 2556/19, referente à revisão tarifária das subsidiárias IE Pinheiros e IESUL, que apresentou um aumento RAP da ordem de +R\$ 2 milhões, em comparação com os resultados inicialmente apontados pela citada REH; parcialmente compensadas
- pela redução de 50% da RAP para o contrato 143/2001 da Serra do Japi, conforme contrato de concessão.

A RAP e os valores correspondentes à PA das **Coligadas** (IE Madeira e IE Garanhuns), líquida de PIS e COFINS, passaram para R\$ 647 milhões no ciclo 2020/2021. Esse aumento é explicado basicamente pela correção monetária do período e pelos efeitos positivos do resultado do recurso administrativo em face a REH 2556/19, referente à revisão tarifária da IE Madeira.

Abaixo demonstramos um quadro resumo com as novas RAPs para o ciclo 2020/2021. Os valores incluem encargos regulatórios, mas estão líquidos de PIS e COFINS.

¹ O IPCA e IGPM acumulados para o período de junho de 2019 a maio de 2020 foram de 6,50% e 1,88%, respectivamente.



CONTROLADORA												
Concessionária (R\$ milhões)	Contrato	Índice	RAP	Inflação	Reforços Melhorias	Ke	RTP	RAP	PA	RAP	RAP	Var %
			Ciclo 19/20 REH 2.565					Ciclo 20/21 REH 2.725		Ciclo 20/21 ¹		
ISA CTEEP			1.102	20	10	0	(76)	1.057	232	1.289	1.046	23%
ISA CTEEP - RBSE	059/2001	IPCA	1.532	29	0	279	3	1.842		1.842	1.533	20%
Total Controladora			2.634	49	10	279	(73)	2.899	232	3.131	2.579	21%

CONTROLADAS (100% ISA CTEEP)												
Concessionária (R\$ milhões)	Contrato	Índice	RAP	Inflação	Reforços Melhorias	RTP ²	Redução 50% RAP ³	RAP	PA	RAP	RAP	Var %
			Ciclo 19/20 REH 2.565					Ciclo 20/21 REH 2.725		Ciclo 20/21 ¹		
Controladas em Operação			231	6	1	2	(5)	234	3	237	220	8%
IEMG	004/2007	IPCA	20	0	0	0	0	20	(0)	20	19	5%
EVRECY	020/2008	IGP-M	13	1	0	0	0	13	(1)	13	10	28%
	012/2008		11	0	0	0	0	11	0	12	11	7%
IE PINHEIROS	015/2008	IPCA	37	1	1	1	0	39	1	39	35	13%
	018/2008		6	0	0	(0)	0	6	(0)	6	6	-4%
	021/2011		6	0	0	0	0	6	(0)	6	5	22%
IE JAPI	026/2009	IPCA	43	1	0	0	0	43	(0)	43	42	3%
	143/2001	IGP-M	17	1	0	0	(5)	13	(0)	13	16	-18%
IENNE	001/2008	IPCA	48	1	0	0	0	49	4	53	46	14%
IE SUL	013/2008	IPCA	6	0	0	0	0	6	0	6	6	7%
	016/2008		13	0	0	1	0	14	1	14	12	19%
IE ITAPURA	042/2017	IPCA	12	0	0	0	0	12	(0)	12	12	0%
Consolidado ISA CTEEP em Operação			2.864	55	11	281	(78)	3.133	236	3.368	2.799	20%

COLIGADAS (equivalência patrimonial)												
Concessionária (R\$ milhões)	Contrato	Índice	RAP	Inflação	Reforços Melhorias	RTP ⁴	Outros	RAP	PA	RAP	RAP	Var %
			Ciclo 19/20 REH 2.565					Ciclo 20/21 REH 2.725		Ciclo 20/21 ¹		
Coligadas em Operação			624	12	0	13	0	649	(2)	647	602	7%
IE MADEIRA (51% ISA CTEEP)	013/2009	IPCA	285	5	0	7	0	297	(1)	296	273	9%
	015/2009		245	5	0	6	0	255	(0)	255	238	7%
IE GARANHUNS (51% ISA CTEEP)	022/2011	IPCA	94	2	0	0	0	96	(1)	95	91	5%
Participação ISA CTEEP			318	6	0	7	0	331	(1)	330	307	7%
ISA CTEEP em Operação			3.183	61	11	287	(78)	3.463	235	3.698	3.106	19%

SUBSIDIÁRIAS EM CONSTRUÇÃO

Concessionária (R\$ milhões)	Contrato	Índice	RAP	Inflação	Reforços Melhorias	RTP	Outros	RAP	PA	RAP	RAP	Var %
			Ciclo 19/20 REH 2.565					Ciclo 20/21 REH 2.725		Ciclo 20/21 ¹		
Controladas			234	4	0	0	0	314	(0)	314	233	35%
IE ITAÚNAS	018/2017	IPCA	52	1	0	0	0	53	0	53	52	3%
IE TIBAGI	026/2017	IPCA	20	0	0	0	0	21	0	21	20	3%
IE TIBAGI	006/2020	IPCA	0	0	0	0	0	5	0	5	0	N.A.
IE ITAQUERÊ	027/2017	IPCA	51	1	0	0	0	52	0	52	51	1%
IE AGUAPEÍ	046/2017	IPCA	59	1	0	0	0	60	0	60	59	2%
IE ITAPURA	021/2018	IPCA	11	0	0	0	0	11	(0)	11	11	-1%
IE BIGUAÇU	012/2018	IPCA	40	1	0	0	0	41	0	41	40	3%
EVRECY	001/2020	IPCA	0	0	0	0	0	38	0	38	0	N.A.
IEMG	007/2020	IPCA	0	0	0	0	0	33	0	33	0	N.A.
Coligadas			492	9	0	0	0	501	0	501	491	2%
IE PARAGUAÇU (50% ISA CTEEP)	003/2017	IPCA	118	2	0	0	0	121	0	121	118	2%
IE AIMORÉS (50% ISA CTEEP)	004/2017	IPCA	79	1	0	0	0	81	0	81	79	2%
IE IVAÍ (50% ISA CTEEP)	022/2017	IPCA	294	6	0	0	0	300	0	300	294	2%
Participação ISA CTEEP			246	5	0	0	0	251	0	251	246	2%
ISA CTEEP em construção			480	9	-	-	-	564	(0)	564	479	18%
ISA CTEEP em operação e em construção			3.662	70	11	287	(78)	4.028	235	4.263	3.585	19%

¹ RAP ciclo 2020/2021 com PA

² Considera o resultado do recurso administrativo em face a REH 2556/19 e resultado da RTP de reforços e melhorias (REH 2702 e 2705/20)

³ Contrato 143 da Serra do Japi prevê redução de 50% da RAP a partir de Novembro de 2019. No ciclo 19/20, o impacto da redução foi parcial. O ciclo 20/21 é o primeiro com impacto integral

⁴ Considera o resultado do recurso administrativo em face a REH 2556/19

Os impactos contábeis e de caixa do reajuste anual da RAP serão percebidos no 3T20 com o início do faturamento das novas receitas a partir de julho e a contabilização integral da parcela de ajuste.

PRÓXIMOS EVENTOS

Teleconferência 2T20

31.07.2020**10h00 (BRT) / 09h00 (EDT)****Informações para Conexão:**

Brasil: +55 11 4210-1803 / +55 11 3181-8565

Outros Países: +1 412 717-9627

Senha: ISA CTEEP

Link para webcast disponível no site de Relações com Investidores:
www.isactEEP.com.br/ri

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Processo de arbitragem IE Madeira

A IE Madeira tem um processo de arbitragem, avaliado como risco de perda possível pelos seus assessores jurídicos, de modo que não há provisão contábil, tramitando na Câmara de Conciliação e Arbitragem da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro, contra a empresa Transformadores e Serviços de Energia das Américas Ltda., nova razão social de Toshiba América do Sul Ltda., contratada em julho de 2010 para a construção da linha de transmissão da IE Madeira. O valor total do contrato, incluindo os aditivos, atingiu o montante de R\$ 280 milhões, e os serviços contratados foram concluídos em julho de 2013. Em dezembro de 2013, a Toshiba requereu a instauração de processo arbitral pleiteando R\$ 274 milhões de indenização por alegados custos adicionais na execução das obras. Em 25 de junho de 2020 o Tribunal Arbitral proferiu Sentença Final condenando a IE Madeira a indenizar a Toshiba em R\$ 285 milhões, montante este já atualizado por IPCA e acrescido de juros moratórios de 1% ao mês e multa de 2%.

No 2T20, foi realizado o reconhecimento de valores a pagar e respectivas atualizações monetárias referente aos valores remanescentes. O impacto foi de R\$ 285 milhões, sendo R\$ 114 milhões de capex e R\$ 171 milhões de atualização financeira. A ISA CTEEP reconhece 51% do projeto por meio de equivalência patrimonial.

Renovação da Concessão - Contrato 059/2001 (RBNI/RBSE)

No dia 12 de setembro de 2012, foi publicada a Medida Provisória 579/2012 ("MP 579") que regulamentou a prorrogação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. De acordo com a medida, as concessões vencidas ou a vencer nos 60 meses subsequentes à publicação da MP, tinham a opção de ter o vencimento antecipado para dezembro de 2012, com prorrogação pelo prazo de até 30 anos.

Em 01 de novembro de 2012, o Ministério de Minas e Energia ("MME"), publicou a Portaria Interministerial nº 580, em que foram definidos os valores da reversão para as instalações energizadas a partir de 01 de junho de 2000, ou seja, da Rede Básica de Novas Instalações ("RBNI"). O montante definido para a ISA CTEEP foi de R\$ 2,9 bilhões. Na mesma data, o MME divulgou a Portaria Interministerial nº 579 que definiu o valor da RAP da ISA CTEEP em R\$ 515,6 milhões, a partir de 01 de janeiro de 2013, que representou redução de aproximadamente 75% da RAP.

Em 29 de novembro de 2012, foi publicada a Medida Provisória 591 autorizando o Poder Concedente a pagar o valor relativo aos ativos não depreciados existentes anteriormente a 31 de maio de 2000, ou seja, da Rede Básica do Sistema Existente ("RBSE").

Em dezembro de 2012, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária para a definição da antecipação do vencimento da concessão do Contrato 059/2001, conforme proposto na MP 579. Foi aprovada pelos acionistas da Companhia, por unanimidade, a prorrogação do contrato de concessão, nos termos da Lei 12.783/2013, ficando a concessão prorrogada até dezembro de 2042 e garantindo à Companhia o direito ao recebimento dos valores relativos aos ativos do RBNI e da RBSE.

Os valores referentes aos ativos do RBNI, equivalentes a R\$ 2,9 bilhões, foram recebidos entre os anos de 2013 e 2015. Para os ativos relativos ao RBSE foi requerido laudo de avaliação independente avaliando os investimentos a Valor Novo de Reposição ("VNR") ajustado pela depreciação até 31 de dezembro de 2012. Em dezembro de 2015 foi homologado pela ANEEL, por meio do Despacho nº 4.036, o valor dos ativos da RBSE para a ISA CTEEP em R\$ 3,9 bilhões.

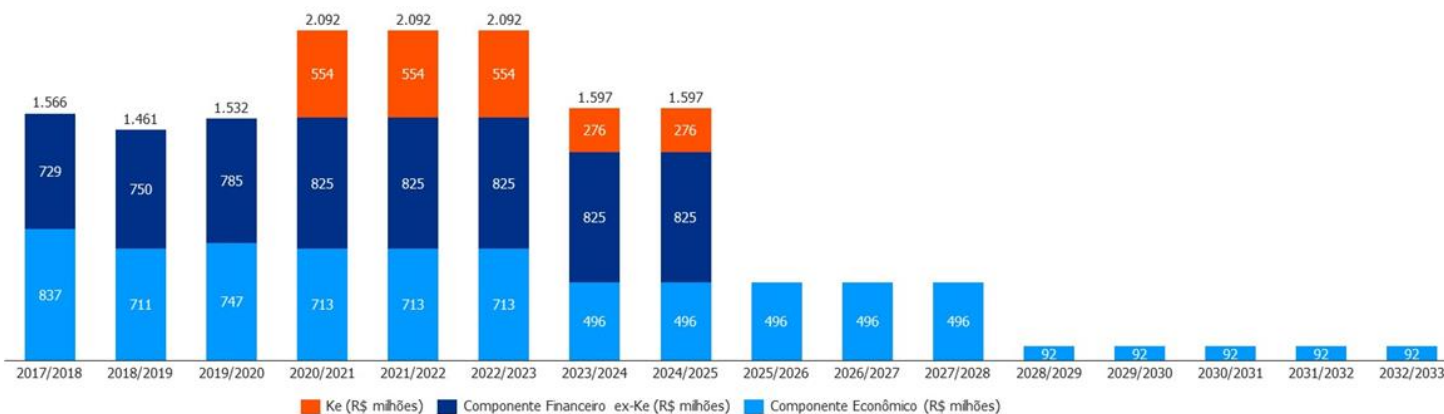
Em abril de 2016, foi emitida a Portaria nº 120 do MME que determinou que os valores homologados pela ANEEL, relativos às instalações da RBSE, passassem a compor a Base de Remuneração Regulatória das concessionárias de transmissão de energia elétrica a partir do processo tarifário de 2017, pelo prazo estimado de 8 anos.

O Despacho ANEEL nº 1.484/17, de maio de 2017, redefiniu o valor total da RBSE para a ISA CTEEP em R\$ 4,1 bilhões. O impacto inicial dos valores da RBSE foi o reconhecimento contábil em IFRS em setembro de 2016, conforme condições estabelecidas na Portaria nº 120 do MME, e no resultado regulatório os impactos podem ser percebidos a partir do início do recebimento, em julho de 2017. Entretanto, o pagamento do componente financeiro Ke foi suspenso em 2017 em função de liminares obtidas por alguns consumidores na justiça.

A partir de novembro/19 o judiciário passou a julgar improcedente alguns processos, que motivaram a suspensão do Ke na remuneração do componente financeiro. A ANEEL incluiu assim a remuneração do componente financeiro pelo "Ke" na RAP a partir do ciclo 2020-2021. O valor não recebido nos três primeiros ciclos do RBSE será incorporado, por meio de parcela de ajuste, nos ciclos de 2020 a 2023.

Adicionalmente, foram atualizados o WACC regulatório e a Base de Remuneração Regulatória no processo de revisão tarifária. O fluxo de recebimento do componente econômico da RBSE também foi ajustado de acordo com a vida útil dos ativos. Dessa forma, o componente financeiro será recebido em 8 anos, mas o componente econômico será recebido na curva de depreciação dos ativos. Nas barras são apresentados valores líquidos de PIS/COFINS e com encargos regulatórios.

Fluxo de Recebimento da RBSE (R\$ milhões)



Nota: Valores do gráfico representam montantes definidos para os ciclos 2017/2018 (REH ANEEL nº 2.258), 2018/2019 (REH ANEEL nº 2.408), 2019/2020 (REH ANEEL nº 2.565) e 2020/2021 (REH ANEEL nº 2.725). Premissas para ciclo futuro conforme REN ANEEL nº 762/2017 e com base nas planilhas publicadas no encerramento da CP nº 22/2020.



Plano de Complementação de Aposentadoria – Lei 4.819/58

O plano de complementação de aposentadoria, regido pela Lei Estadual 4.819/58 aplica-se aos empregados de autarquias e de sociedades anônimas em que o Estado de São Paulo fosse detentor da maioria das ações com direito de controle admitidos até 13 de maio de 1974.

Os recursos necessários para fazer face aos encargos assumidos nesse plano são de responsabilidade do Governo do Estado de São Paulo, cuja implementação ocorreu conforme convênio firmado entre a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (“SEFAZ”) e a Companhia, em 10 de dezembro de 1999. A forma de pagamento da complementação da aposentadoria foi através de um fluxo mensal com origem na SEFAZ. Esta realizava uma transferência da quantia a ser paga para a ISA CTEEP e a Companhia realizava a transferência deste mesmo valor para a Fundação CESP, que então repassava aos aposentados.

A partir de janeiro de 2004, o pagamento aos aposentados passou a ser processado diretamente pela SEFAZ. Com essa mudança de processo, foram verificadas glosas que deveriam ser aplicadas, como por exemplo, benefícios acima do teto (equivalente ao salário do governador do Estado de São Paulo). Desta forma, a SEFAZ passou a excluir este excedente do valor do benefício pago aos aposentados.

Ação Civil Pública e Ação Coletiva

Em junho de 2005, após decisão desfavorável na Justiça Comum, a Associação dos Aposentados da Funcesp (“AAFC”) obtiveram liminar na Justiça do Trabalho, determinando que a quantia integral paga anteriormente seja mantida. Desde então, o processamento do pagamento dos benefícios voltou ao modelo original, em que a responsabilidade era da Fundação CESP, porém a SEFAZ transfere a quantia ajustada e a ISA CTEEP faz a complementação para que o pagamento aos aposentados seja feito de maneira integral, conforme estabelecido em liminar.

Ação de Cobrança

Desde 2005 a SEFAZ repassa à Companhia valor inferior ao necessário para o cumprimento do pagamento aos aposentados (~70%), por força da decisão liminar da 49ª Vara do Trabalho. A ISA CTEEP tem feito então a complementação para pagamento integral dos benefícios aos aposentados (~30%). Essa complementação realizada pela ISA CTEEP está sendo cobrada, através de uma ação contra a SEFAZ.

Esta ação de cobrança foi julgada favorável à Companhia em 2ª instância. Em agosto de 2017, a SEFAZ interpôs Recurso Especial para o STJ que aguarda análise de admissibilidade. Em 31 de dezembro de 2018, o valor registrado no balanço da Companhia é de cerca de R\$ 2 bilhões, líquido da provisão para perdas sobre realização de créditos realizada em 2013.

Em agosto de 2018, a ISA CTEEP obteve decisão no Tribunal de Justiça/SP que impõe obrigação para a SEFAZ não efetuar qualquer glosa no repasse para pagamento dos benefícios da Lei 4.819/58 antes de concluir processo administrativo para apurar irregularidade nos pagamentos. Em março, o STJ, em decisão liminar e monocrática do Ministro Francisco Falcão, suspendeu os efeitos da decisão que proibia a Fazenda Paulista de efetuar descontos no repasse à ISA CTEEP. A Companhia voltou a receber o repasse com as glosas, obrigando assim a Companhia a complementar o valor do pagamento em abril de 2019.

A Companhia continua com os esforços direcionados para manter a decisão de mérito favorável conquistada no Tribunal de Justiça/SP.



GLOSSÁRIO

ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) - Autarquia que tem por finalidade regular e fiscalizar a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica no Brasil, zelando pela qualidade do serviço prestado, pelo trato isonômico dispensado aos usuários e pelo controle da razoabilidade das tarifas cobradas aos consumidores, preservando a viabilidade econômica e financeira dos agentes e da indústria. A ANEEL fiscaliza e regulamenta o acesso aos sistemas de transmissão e estabelece as tarifas referentes a tais sistemas, sendo a TUST a tarifa cobrada pelo uso da Rede Básica e das Demais Instalações de Transmissão – DIT

CAAE (Custo Anual dos Ativos Elétricos) - Receita pelos investimentos em ativos. É composto pela remuneração do capital e pela quota de reintegração dos regulatória (QRR).

CAOM (Custos de Administração, Operação e Manutenção) - Parcela da receita que pode ser dividida em (i) receita de O&M, que tem como finalidade cobrir os custos e despesas (exemplo: gastos com salários, despesas de manutenção e outros); e (ii) receita para cobrir os custos das instalações móveis e imóveis (CAIMI).

CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) - Atua sob autorização do Poder Concedente e da regulação e fiscalização da ANEEL, com a finalidade de viabilizar as operações de compra e venda de energia elétrica entre os agentes da CCEE.

CDE (Conta de Desenvolvimento Energético) - encargo regulatório para promover a universalização do serviço de energia e subsidiar os consumidores baixa renda.

Crescimento orgânico - crescimento por meio de investimentos em reforços e melhorias.

DIT (Demais Instalações de Transmissão) - Instalações com tensão inferior a 230 kV.

Ebitda (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation & Amortization) – Lucro antes de serem subtraídos os juros, impostos, depreciação e amortização.

Encargos regulatórios - são arrecadados pelas Transmissoras e repassados à CCEE, à ANEEL, ao MME e investidos em projetos de P&D. Tem efeito neutro na Transmissora.

Energização - início de operação de um empreendimento (reforço, melhoria ou *greenfield*).

EPE (Empresa de Pesquisa Energética) - Empresa pública federal, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Responsável pelo planejamento energético nacional, englobando geração, transmissão, distribuição, petróleo e gás.

Greenfield - projetos de crescimento por meio de leilões.

IEE (Índice de Energia Elétrica) – Índice setorial da Bolsa (B3), que tem como objetivo medir o desempenho do setor de energia elétrica.

Leilões de Transmissão de Energia – Processos licitatórios estabelecidos pelo MME e ANEEL a fim de outorgar concessões para linhas de transmissão e subestações no Brasil.

Melhoria - compreende a instalação, substituição ou reforma de equipamentos em instalações de transmissão existentes, ou a adequação destas instalações, visando manter a regularidade, continuidade, segurança e atualidade do serviço público de transmissão de energia elétrica.

MME – Ministério de Minas e Energia.

O&M - Operação e Manutenção.

ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) - Órgão responsável por executar as atividades de coordenação e controle da operação da geração e transmissão de energia elétrica do SIN.

Outras receitas - Receitas auferidas com atividades extra concessão, sendo parcialmente destinadas a contribuir com a modicidade tarifária.

PA (Parcela de Ajuste) - Compensa excesso ou déficit de arrecadação no período anterior ao reajuste.

PROINFA - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica encargo regulatório para subsídios às fontes alternativas de energia).

PV (Parcela Variável) - Penaliza a receita do ativo em função da indisponibilidade.

RAP (Receita Anual Permitida) - Remuneração que as transmissoras recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Para as transmissoras que foram licitadas, a RAP é obtida como resultado do próprio leilão de transmissão e é paga às transmissoras a partir da entrada em operação comercial de suas instalações, com revisão a cada quatro ou cinco anos, nos termos dos contratos de concessão. Para as transmissoras que tiveram o seu contrato de concessão renovado, a RAP foi calculada com base nos custos de Operação e Manutenção, conforme estabelece a Lei 12.783, de 11 de janeiro de 2013. Em casos onde os estudos indicam a necessidade de reforços na concessão de transmissão, a ANEEL calcula um valor adicional a RAP com o intuito de remunerar as novas instalações, sempre por meio de uma Resolução Autorizativa.

RB (Rede Básica) - Instalações de transmissão do SIN, de propriedade de concessionárias de serviço público de transmissão, definida segundo critérios estabelecidos na regulamentação da ANEEL.

RBNI (Rede Básica Novos Investimentos) - Parcela da receita (RAP) correspondente às novas instalações componentes da Rede Básica autorizadas e com receitas estabelecidas por resolução específica.

RBSE (Rede Básica do Sistema Existente) - Parcela da RAP correspondente às instalações componentes da Rede Básica, definidas no Anexo da Resolução nº 166, de 31 de maio de 2000.

Reforço - é a instalação, substituição ou reforma de equipamentos em instalações de transmissão existentes, ou a adequação destas instalações, visando o aumento de capacidade de transmissão, o aumento de confiabilidade do Sistema Interligado Nacional, de vida útil ou a conexão de usuários, recomendadas pelos planos de expansão do sistema de transmissão.

SIN (Sistema Interligado Nacional) – Conjunto de instalações e de equipamentos que possibilitam o suprimento de energia elétrica nas regiões do país interligadas eletricamente, conforme regulamentação aplicável.

TUST (Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica) – Tarifa paga por distribuidoras, geradoras e consumidores livres e especiais pela utilização da Rede Básica e das DIT, e é reajustada anualmente de acordo com (i) a inflação; e (ii) novas receitas, correspondentes aos empreendimentos energizados.

ANEXOS

Anexo I - Balanço Patrimonial Regulatório

Ativo (R\$ mil)	Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	1.320.153	595.971
Aplicações financeiras	565.480	2.068.611
Contas a Receber - Concessionárias e Permissionárias	1.181.589	256.674
Estoques	14.959	14.942
Serviços em Curso	19.543	17.452
Tributos e contribuições a compensar	84.600	32.335
Instrumentos financeiros derivativos	255.557	19.202
Créditos com partes relacionadas	1013	703
Despesas pagas antecipadamente	24.292	4.677
Caixa restrito	1.894	1.876
Outros	76.935	41.133
	3.546.015	3.053.576
NÃO CIRCULANTE		
Realizável a longo prazo		
Caixa restrito	46.926	46.515
Contas a Receber - Concessionárias e Permissionárias	10.726	10.679
Valores a Receber - Secretaria da Fazenda	1.668.555	1.576.332
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	242
Cauções e Depósitos Vinculados	49.133	52.886
Benefício à empregado - Superávit atuarial	43.024	43.024
Instrumentos financeiros derivativos	3.546	0
Serviços em Curso	5.472	0
Outros	103.428	12.693
	1.930.810	1.742.371
Investimentos	1.515.680	1.390.300
Imobilizado	7.151.094	7.156.235
Intangível	302.412	306.071
	8.969.186	8.852.606
	10.899.996	10.594.977
Total do Ativo	14.446.011	13.648.553

Passivo e Patrimônio Líquido (R\$ mil)	Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019
CIRCULANTE		
Empréstimos e financiamentos	919.444	709.928
Debêntures	363.141	367.508
Arrendamento	194	282
Fornecedores	139.217	167.774
Tributos e Encargos sociais a recolher	262.320	92.106
Encargos Regulatórios a recolher	52.653	48.336
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos a pagar	10.102	102.079
Provisões	37.797	33.341
Valores a Pagar - Funcesp	2.730	2.173
Obrigações especiais - Reversão/Amortização	2.480	2.480
Outros	34.641	80.152
	1.824.719	1.606.159
NÃO CIRCULANTE		
Exigível a longo prazo		
Empréstimos e Financiamentos	1.248.161	637.448
Debêntures	1.545.549	1.528.971
Arrendamento	62	101
Instrumentos financeiros derivativos	0	135
PIS e COFINS diferidos	82.703	0
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.005.975	686.732
Encargos Regulatórios a recolher	40.742	41.236
Provisões	58.816	62.367
Reserva Global de Reversão - RGR	15.372	16.612
Obrigações vinculadas à concessão do serviço	383.471	351.904
Outros	48.201	35.652
	4.429.052	3.361.158
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital Social	3.590.020	3.590.020
Reservas de Capital	666	666
Reservas de Lucros	1.192.078	1.192.078
Reserva de Reavaliação	1.796.207	1.899.993
Outros Resultados Abrangentes	62.841	31.191
Lucros/Prejuízos Acumulados	1.181.218	0
	7.823.030	6.713.948
Participação de não controladores nos fundos de investimentos	369.210	1.967.288
	8.192.240	8.681.236
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	14.446.011	13.648.553

Anexo II - Demonstração de Resultado Regulatório

Demonstração de Resultado (R\$ mil)	Consolidado					
	2T20	2T19	Var (%)	1S20	1S19	Var (%)
Receita Operacional Bruta	1.700.533	807.586	110,6%	2.552.011	1.614.439	58,1%
Receita de Uso da Rede Elétrica	1.693.051	800.431	111,5%	2.536.829	1.600.262	58,5%
Outras Receitas	7.482	7.155	4,6%	15.182	14.177	7,1%
Deduções à Receita Operacional	(203.946)	(115.180)	77,1%	(321.083)	(227.869)	40,9%
Receita Operacional Líquida	1.496.587	692.406	116,1%	2.230.928	1.386.570	60,9%
Custos e Despesas Operacionais	(266.759)	(315.199)	(15,4%)	(534.971)	(590.410)	(9,4%)
Pessoal	(75.789)	(86.108)	(12,0%)	(150.655)	(169.224)	(11,0%)
Material	(3.973)	(3.661)	8,5%	(6.978)	(6.812)	2,4%
Serviços	(26.967)	(60.163)	(55,2%)	(57.049)	(87.158)	(34,5%)
Depreciação	(140.231)	(144.568)	(3,0%)	(280.782)	(289.535)	(3,0%)
Outros	(19.799)	(20.699)	(4,3%)	(39.507)	(37.681)	4,8%
Resultado do Serviço	1.229.828	377.207	226,0%	1.695.957	796.160	113,0%
Resultado Financeiro	(27.897)	(49.190)	(43,3%)	(76.515)	(103.683)	(26,2%)
Rendimento de Aplicações Financeiras	10.446	18.601	(43,8%)	32.429	32.784	(1,1%)
Resultado da Variação Monetária	9.032	(17.631)	(151,2%)	(17.088)	(32.785)	(47,9%)
Juros Ativo/Passivos	(656)	(622)	5,5%	(1.074)	(827)	29,9%
Juros/Encargos sobre empréstimos	(41.007)	(36.441)	12,5%	(77.476)	(72.885)	6,3%
Outras	(5.712)	(13.097)	(56,4%)	(13.306)	(29.970)	(55,6%)
Resultado Operacional	1.201.931	328.017	266,4%	1.619.442	692.477	133,9%
Equivalência Patrimonial	(63.930)	10.141	(730,4%)	(43.616)	26.385	(265,3%)
Outras Receitas/Despesas Operacionais	145.268	325	44597,8%	135.081	(9.237)	(1562,4%)
Resultado Anterior aos Tributos	1.283.269	338.483	279,1%	1.710.907	709.625	141,1%
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	(362.502)	(98.143)	269,4%	(466.354)	(235.218)	98,3%
Corrente	(69.687)	(132.273)	(47,3%)	(147.281)	(247.117)	(40,4%)
Diferido	(292.815)	34.130	(957,9%)	(319.073)	11.899	(2781,5%)
Lucro/Prejuízo Consolidado	920.767	240.340	283,1%	1.244.553	474.407	162,3%
Participação do Acionista não Controlador	(1.667)	(4.367)	100,0%	(17.164)	(8.246)	100,0%
Lucro/Prejuízo	919.100	235.973	289,5%	1.227.389	466.161	163,3%

Anexo III – Fluxo de Caixa Indireto – Regulatório

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais	2.075.614	1.948.742
Lucro Líquido do exercício	1.244.553	1.238.650
Depreciação e amortização	280.782	575.557
Imposto de renda e contribuição social diferidos	401.354	(25.538)
Demandas judiciais	(3.303)	(13.940)
Custo residual de ativo imobilizado/intangível baixado	10.624	21.894
Benefício fiscal – ágio incorporado	19	36
Realização de ativo da concessão na aquisição de controlada	1.194	2.390
Realização da perda em controlada em conjunto	(928)	(1.966)
Resultado de equivalência patrimonial	43.616	(69.900)
Receita sobre aplicações financeiras	(1.772)	
Juros e variações monetárias e cambiais sobre ativos e passivos	99.475	221.559
(Aumento) diminuição de ativos	(1.219.453)	(124.023)
Caixa restrito	(362)	(4.336)
Contas a receber – Concessionárias e Permissionárias	(924.962)	14.144
Estoques	(17)	5.423
Valores a receber - Secretaria da Fazenda	(92.223)	(150.249)
Tributos e contribuições a compensar	(52.265)	(2.814)
Despesas pagas antecipadamente	(19.615)	3.707
Cauções e depósitos vinculados	4.419	16.328
Serviços em curso	(186)	(13.826)
Crédito com controladas	(311)	(8.863)
Outros	(133.931)	16.463
Aumento (diminuição) de passivos	150.466	180.114
Fornecedores	(28.557)	79.161
Tributos e encargos sociais a recolher	170.221	37.762
Obrigações trabalhistas	4.456	(3.706)
Encargos regulatórios a recolher	3.016	10.675
Provisões	(3.209)	(22.033)
Valores a pagar Funcesp	557	(2.077)
Reserva Global de Reversão	(1.240)	(2.481)
Obrigações vinculadas à concessão do serviço	39.899	36.733
Outros	(34.677)	46.080

Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	1.006.627	2.004.833
Caixa gerado (utilizado) nas atividades de investimentos	(553.444)	(508.948)
Aplicações financeiras	(93.244)	348.708
Imobilizado	(291.200)	(687.532)
Investimentos	(169.000)	(185.000)
Dividendos recebidos	0	14.876
Caixa utilizado nas atividades de financiamentos	270.999	(916.654)
Adições de empréstimos	655.516	509.515
Pagamentos de empréstimos (principal)	(45.605)	(337.234)
Pagamentos de empréstimos (juros)	(84.942)	(169.700)
Pagamentos Arrendamento Mercantil (principal e juros)	(143)	
Transações com acionistas não controladores	(17.164)	(16.820)
Instrumentos financeiros derivativos	5.270	(1.701)
Dividendos e juros sobre capital próprios pagos	(241.933)	(900.714)
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	724.182	579.231
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	595.971	16.740
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.320.153	595.971
Variação em caixa e equivalentes de caixa	724.182	579.231

Anexo IV – Resultado Regulatório Coligada IE Madeira e IE Garanhuns

IE MADEIRA						
Demonstração do Resultado (R\$ milhões)	2T20	2T19	Var (%)	1S20	1S19	Var (%)
Receita Operacional Bruta	146.410	142.993	2,4%	291.222	269.084	8,2%
Deduções à receita operacional	(28.447)	(19.029)	49,5%	(46.878)	(35.672)	31,4%
Receita operacional líquida	117.963	123.964	(5%)	244.343	233.412	5%
Custos e Despesas	(13.925)	(42.862)	(67,5%)	(13.059)	(51.909)	(74,8%)
Depreciação e Amortização	(33.835)	(33.867)	(0,1%)	(67.694)	(67.733)	(0,1%)
Resultado do Serviço	70.202	47.235	48,6%	163.590	113.770	43,8%
Resultado Financeiro	(197.822)	(32.096)	516,3%	(233.239)	(73.537)	217,2%
Outras Receitas e Despesas	31	(78)	(140,2%)	273	(117)	(332,9%)
Lucro antes do IR & CSLL	(127.588)	15.061	(947,1%)	(69.376)	40.116	(272,9%)
IR & CSLL*	(4.337)	550	(888,6%)	(4.627)	242	(2012,2%)
Lucro líquido	(131.925)	15.611	(945,1%)	(74.004)	40.358	(283,4%)
Participação ISA CTEEP (51%)	(67.282)	7.961,6	(945,1%)	(37.742,0)	20.582,6	(283,4%)

IE GARANHUNS						
Demonstração do Resultado (R\$ milhões)	2T20	2T19	Var (%)	1S20	1S19	Var (%)
Receita Operacional Bruta	24.506	22.021	11,3%	50.739	47.580	6,6%
Deduções à receita operacional	(3.229)	(3.028)	6,7%	(6.641)	(6.246)	6,3%
Receita operacional líquida	21.276	18.994	12,0%	44.098	41.334	6,7%
Custos e Despesas	(2.914)	(3.667)	(20,6%)	(6.451)	(7.659)	(15,8%)
Depreciação e Amortização	(6.255)	(6.234)	0,3%	(12.508)	(12.460)	0,4%
Resultado do Serviço	12.107	9.093	33,2%	25.139	21.215	18,5%
Resultado Financeiro	(2.910)	(3.648)	(20,2%)	(5.957)	(7.598)	(21,6%)
Outras Receitas e Despesas	31	0	-	190	0	-
Lucro antes do IR & CSLL	9.229	5.445	69,5%	19.373	13.617	42,3%
IR & CSLL*	35	(178)	(119,9%)	(620)	(514)	20,5%
Lucro líquido	9.265	5.268	75,9%	18.753	13.103	43,1%
Participação ISA CTEEP (51%)	4.725	2.686,6	75,9%	9.564	6.682,5	43,1%

(*) Possui empreendimento relativos à infraestrutura de linhas de transmissão e subestação de energia elétrica, em operação nas áreas de atuação da SUDENE, cujo benefício foi concedido no mês de dezembro 2016. O prazo de fruição do benefício fiscal é de 10 anos com redução de 75% do imposto sobre a renda e adicionais.

Anexo V - Composição do Endividamento Consolidado (R\$ mil)

Fontes	Encargos	Vencimentos	30/06/2020	31/12/2019
	TJLP + 1,80% a.a.	15/03/29	168,5	178,2
BNDES	3,50% a.a.	15/01/24	36,5	41,7
	TJLP + 2,62% a.a.	15/03/32	228,6	234,1
Debêntures - CTEEP				
4ª Emissão	IPCA + 6,04%	15/07/21	175,5	168,5
5ª Emissão	IPCA + 5,04%	15/02/24	332,1	336,9
6ª Emissão	105,65% do CDI a.a.	13/12/20	350,2	350,4
7ª Emissão	IPCA + 4,70%	15/04/25	658,4	651,0
8ª Emissão	IPCA + 3,50%	15/12/29	392,4	389,6
Outros - CTEEP				
Lei 4.131 - MUFG	VC + 3,34% a.a. + IR	20/07/20	411,6	306,1
Lei 4.131 - Citibank	VC + <i>Libor 3M</i> + 0,47% a.a. + IR	24/08/20	407,8	302,4
Lei 4.131 - Citibank	VC + <i>Libor 3M</i> + 0,25% a.a. + IR	08/11/19	-	-
Finame PSI	6,0% a.a.	18/11/19	-	-
Eletrobras	8,0% a.a.	15/11/21	-	-
Arrendamento Mercantil	0,6% a.m.	30/11/20	-	-
CCB	CDI + 2,45% a.a.	20/04/22	652,0	-
Total Dívida Bruta CTEEP			3.813,7	2.959,0
Fontes	Encargos	Vencimentos	30/06/2020	31/12/2019
	TJLP + 2,06% a.a.	15/02/28	4,2	4,5
PINHEIROS	3,5% a.a.	15/04/23	5,1	6,0
	TJLP + 2,62% a.a.	15/05/26	21,4	23,3
	5,5% a.a.	15/01/21	5,9	10,9
SERRA DO JAPI	TJLP + 1,95% a.a.	15/05/26	22,8	24,7
	TJLP + 1,55% a.a.	15/05/26	19,7	21,4
IEMG	TJLP + 2,39% a.a.	15/04/23	15,0	17,6
	5,5% a.a.	15/01/21	0,7	1,2
IE SUL	TJLP + 2,58% a.a.	15/05/25	3,8	4,1
	3,0% a.a.	15/04/23	3,4	4,0
	TJLP + 2,58% a.a.	15/02/28	6,4	6,8
IENNE	10,0% a.a.	19/05/30	154,3	160,3
Total Dívida Bruta Subsidiária			262,6	284,9
Total Dívida Bruta Consolidado			4.076,2	3.243,8

BNDES (apuração anual)	
Dívida Líquida 30/06/2020	3.294
EBITDA últimos 12 meses	3.332
Dívida Líquida/EBITDA 30/06/2020	0,99
Patrimônio Líquido 30/06/2020	13.136
Divida Líquida/Divida Líquida + PL 30/06/2020	0,20

Debêntures de Infraestrutura (4ª, 5ª e 6ª emissão) (apuração trimestral)	
Dívida Líquida 30/06/2020	2.247
EBITDA últimos 12 meses	3.070
Dívida Líquida/EBITDA 30/06/2020	0,73
Resultado Financeiro 30/06/2020	158
EBITDA /Resultado Financeiro 30/06/2020	19,39

Crédito Internacional - Lei 4.131 (apuração trimestral)	
Dívida Líquida 30/06/2020	2.247
EBITDA últimos 12 meses	3.070
Dívida Líquida/EBITDA 30/06/2020	0,73
Despesa com juros líquida 30/06/2020	158
EBITDA / Despesa com juros líquida 30/06/2020	19,39

Os principais indicadores financeiros (**covenants**) aos quais a ISA CTEEP está submetida são estabelecidos conforme abaixo:

Os Contratos de financiamento com **BNDES** (válidos até o vencimento do contrato em 2029) devem cumprir os indicadores financeiros máximos de: Dívida Líquida/EBITDA Ajustado BNDES $\leq 3,0$ e Dívida Líquida/(Dívida Líquida + Patrimônio Líquido) $\leq 0,6$, apurados ao final de cada exercício social. Para fins de cálculo e comprovação dos referidos índices, a Companhia deverá consolidar todas as controladas e controladas em conjunto (de forma proporcional à sua participação), desde que detenha participação acionária igual ou superior a 10%.

A **4ª emissão de Debêntures** deve cumprir com periodicidade de apuração trimestral, os indicadores financeiros estabelecidos na escritura que são Dívida Líquida/EBITDA $< 3,5$ e EBITDA /Resultado Financeiro $> 1,5$ até a apuração realizada com data-base de 30 de junho de 2017 e, a partir da apuração realizada com a data-base de 30 de setembro de 2017, passa a ser esse o indicador $> 2,0$. O EBITDA é calculado de acordo com a metodologia definida no contrato.

A **5ª emissão de Debêntures** exige o cumprimento dos indicadores estabelecidos na escritura, com periodicidade de apuração trimestral, que são Dívida Líquida/EBITDA $< 3,5$ e EBITDA /Resultado Financeiro $> 1,5$ até a apuração realizada com data-base de 30 de junho de 2017 e, a partir da apuração realizada com a data-base de 30 de setembro de 2017, o indicador passa a ser $> 2,0$. O EBITDA é calculado de acordo com a metodologia definida no contrato.

A **6ª emissão de Debêntures** exige o cumprimento dos indicadores estabelecidos na escritura, com periodicidade de apuração trimestral que são Dívida Líquida/EBITDA $< 3,5$ e EBITDA/Resultado Financeiro $> 2,0$. O EBITDA é calculado de acordo com a metodologia definida no contrato.

Os contratos de **Credit Agreement (4131)** apresentam para o período da operação os seguintes indicadores financeiros máximos, com periodicidade de apuração trimestral: Dívida Líquida/EBITDA $< 3,5$ e EBITDA /Resultado Financeiro $> 2,0$. O EBITDA é calculado de acordo com a metodologia definida no contrato.

Anexo VI - Composição do Endividamento das Coligadas (R\$ mil)

Empresa	Fontes	Encargos	Término da Garantia	Saldo garantido pela ISA CTEEP	Saldo total devedor 30/06/2020
IE MADEIRA 51% ISA CTEEP	ITAÚ	IPCA + 5,5% a.a.	18/03/2025	209,1	410,0
	BNDES	TJLP + 2,42% a.a.	15/02/2030	515,1	1.010,0
	BNDES	TJLP	15/02/2030	3,6	7,0
	BNDES	2,5% a.a.	15/10/2022	35,0	68,5
	BASA	8,5% a.a.	10/10/2032	143,7	281,7
Dívida Bruta				906,4	1.777,2
Disponibilidades				188,2	369,1
Dívida Líquida				718,1	1.408,0
IE GARANHUNS 51% ISA CTEEP	BNDES	TJLP + 2,05% a.a.	15/12/2028	74,5	146,1
	BNDES	3,50% a.a.	15/08/2023	28,6	56,0
	BNDES	TJLP	15/12/2028	807,7	1.583,7
Dívida Bruta				910,7	1.785,7
Disponibilidades				17,4	34,1
Dívida Líquida				893,3	1.751,6
IE IVAÍ 50% ISA CTEEP	ITAÚ BBA	IPCA + 5,0% a.a.	15/12/2043	807,7	1.615,3
	Dívida Bruta			807,7	1.615,3
	Disponibilidades			729,6	1.459,1
Dívida Líquida				78,1	156,2
TOTAL Dívida Bruta				2.624,7	5.178,2
TOTAL Dívida Líquida				1.689,5	3.315,9

Anexo VII – Balanço Patrimonial – IFRS

Ativo (R\$ mil)	Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	1.320.153	595.971
Aplicações Financeiras	565.480	2.068.611
Ativo de concessão	2.598.707	2.061.882
Estoques	34.337	103.818
Tributos e contribuições a compensar	84.600	32.335
Instrumentos financeiros derivativos	255.557	19.902
Créditos com partes relacionadas	1.013	703
Despesas pagas antecipadamente	24.292	4.677
Caixa restrito	1.894	1.876
Outros	80.603	44.373
	4.966.636	4.933.448
NÃO CIRCULANTE		
Realizável a longo prazo		
Caixa restrito	46.926	46.515
Ativo de concessão	13.075.952	12.599.151
Valores a receber - Secretaria da Fazenda	1.668.555	1.576.332
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	1.144
Cauções e depósitos vinculados	49.133	52.886
Estoques	16.835	13.006
Benefício à empregado - Superávit atuarial	43.024	43.024
Instrumentos financeiros derivativos	3.546	0
Outros	108.900	24.011
	15.012.871	14.356.069
Investimentos	2.334.045	2.198.004
Imobilizado	92.414	86.377
Intangível	25.603	25.196
	2.452.062	2.309.577
	17.464.933	16.665.646
Total do Ativo	22.431.569	21.599.094

Passivo e Patrimônio Líquido

(R\$ mil)

Consolidado

30/06/2020

31/12/2019

CIRCULANTE

Empréstimos e financiamentos	919.444	709.928
Debêntures	363.141	367.508
Arrendamento	11.179	9.948
Fornecedores	139.217	167.774
Tributos e encargos sociais a recolher	262.320	92.106
Encargos Regulatórios a recolher	52.653	48.336
JCP e dividendos a pagar	10.102	102.079
Obrigações trabalhistas	37.797	33.341
Valores a Pagar - Funcesp	2.730	2.173
Obrigações especiais - Reversão/Amortização	2.480	2.480
Outros	34.641	80.152

1.835.704

1.615.825

NÃO CIRCULANTE

Exigível a longo prazo

Empréstimos e Financiamentos	1.248.161	637.448
Debêntures	1.545.549	1.528.971
Arrendamento	45.547	39.948
Instrumentos financeiros derivativos	0	135
PIS e COFINS Diferidos	1.264.433	1.185.323
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.012.528	2.673.970
Encargos Regulatórios a recolher	40.742	41.236
Provisões	58.816	62.367
Reserva Global de Reversão - RGR	15.372	16.612
Outros	48.201	35.652

7.279.349

6.221.662

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social	3.590.020	3.590.020
Reservas de Capital	666	666
Reservas de Lucro	8.172.442	8.172.442
Outros Resultados Abrangentes	62.841	31.191
Lucro/Prejuízo Acumulados	1.121.337	0

12.947.306

11.794.319

Participação de não controladores nos fundos de investimentos

369.210

1.967.288

13.316.516

13.761.607

Total do Passivo e do Patrimônio Líquido

22.431.569

21.599.094

Anexo VIII – Demonstração de Resultados – IFRS

Demonstração de Resultado (R\$ mil)	Consolidado					
	2T20	2T19	Var (%)	1S20	1S19	Var (%)
Receita Operacional Bruta	1.723.910	1.094.524	57,4%	2.639.158	1.940.604	36,7%
Receita de Infraestrutura	198.081	145.664	36,0%	344.723	218.038	58,1%
Receita bruta de Operação e Manutenção	170.126	277.434	(38,7%)	467.295	559.949	(16,5%)
Remuneração dos ativos de concessão	1.348.221	664.271	102,8%	1.827.140	1.148.440	59,0%
Outras Receitas	7.482	7.155	4,6%	15.182	14.177	7,1%
Deduções à Receita Operacional	(205.839)	(134.732)	52,8%	(330.766)	(248.516)	33,1%
Receita Operacional Líquida	1.518.071	959.792	58,1%	2.323.574	1.692.088	37,3%
Custos e Despesas Operacionais	(321.436)	(309.539)	3,5%	(589.771)	(511.914)	15,0%
Pessoal	(80.005)	(89.075)	(10,2%)	(157.356)	(175.212)	(10,2%)
Material	(146.909)	(94.527)	55,4%	(250.769)	(141.678)	77,0%
Serviços	(71.989)	(93.523)	(24,0%)	(135.402)	(141.548)	(5,0%)
Depreciação	(4.697)	(5.160)	(9,0%)	(9.165)	(10.402)	(11,9%)
Outros	(17.836)	(27.254)	(34,6%)	(37.079)	(43.074)	(13,9%)
Resultado do Serviço	1.196.635	650.253	84,0%	1.733.803	1.180.174	46,9%
Resultado Financeiro	(27.825)	(49.160)	(43,4%)	(77.136)	(104.036)	(25,9%)
Rendimento de Aplicações Financeiras	10.446	18.601	(43,8%)	32.429	32.784	(1,1%)
Resultado da Variação Monetária Líquida	9.032	(17.631)	(151,2%)	(17.088)	(32.785)	(47,9%)
Juros Ativo/Passivos	(656)	(622)	5,5%	(1.074)	(827)	29,9%
Juros/Encargos sobre empréstimos	(41.114)	(36.411)	12,9%	(78.455)	(73.238)	7,1%
Outras	(5.533)	(13.097)	(57,8%)	(12.948)	(29.970)	(56,8%)
Resultado Operacional	1.168.810	601.093	94,4%	1.656.667	1.076.138	53,9%
Equivalência Patrimonial	(95.475)	47.699	(300,2%)	(32.959)	81.727	(140,3%)
Outras Receitas/Despesas Operacionais	146.652	2.569	5608,5%	151.314	2.760	5382,4%
Resultado Anterior aos Tributos	1.219.987	651.361	87,3%	1.775.022	1.160.625	52,9%
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	(339.481)	(188.680)	79,9%	(486.565)	(340.553)	42,9%
Corrente	(69.687)	(132.273)	(47,3%)	(147.281)	(247.117)	(40,4%)
Diferido	(269.794)	(56.407)	378,3%	(339.284)	(93.436)	263,1%
EBITDA ICVM nº 527/12	1.253.141	706.313	77,4%	1.861.955	1.275.695	46,0%
Lucro/Prejuízo Consolidado	880.506	462.681	90,3%	1.288.457	820.072	57,1%
Participação do Acionista não Controlador	(1.667)	(4.367)	(61,8%)	(17.164)	(8.246)	108,1%
Lucro/Prejuízo	878.839	458.314	91,8%	1.271.293	811.826	56,6%

Anexo IX – Fluxo de Caixa - IFRS (R\$ mil)

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais	1.843.890	1.940.756
Lucro Líquido do período	1.288.457	1.779.451
PIS e COFINS diferidos	79.110	8.757
Depreciação e amortização	9.165	19.963
Imposto de renda e contribuição social diferidos	339.284	99.666
Demandas judiciais	(3.303)	(13.940)
Custo residual de ativo imobilizado/intangível baixado	0	2.402
Benefício fiscal – ágio incorporado	19	36
Realização de ativo da concessão na aquisição de controlada	1.245	2.490
Realização da perda em controlada em conjunto	(928)	(1.966)
Resultado de aquisição de controle	0	0
Resultado de equivalência patrimonial	32.959	(179.789)
Receita sobre aplicações financeiras	(1.772)	0
Juros e variações monetárias e cambiais sobre ativos e passivos	99.654	223.686
(Aumento) diminuição de ativos	(1.228.541)	(733.440)
Caixa restrito	(362)	(4.336)
Ativo de concessão	(1.012.697)	(525.212)
Estoques	65.651	(64.099)
Valores a receber - Secretaria da Fazenda	(92.223)	(150.249)
Tributos e contribuições a compensar	(52.265)	(2.814)
Despesas pagas antecipadamente	(19.615)	3.707
Cauções e depósitos vinculados	4.419	16.328
Crédito com controladas	(311)	(124)
Outros	(121.138)	(6.641)
Aumento (diminuição) de passivos	110.567	143.381
Fornecedores	(28.557)	79.161
Tributos e encargos sociais a recolher	170.221	37.762
Obrigações trabalhistas	4.456	(3.706)
Impostos parcelados	0	0
Encargos regulatórios a recolher	3.016	10.675
Provisões	(3.209)	(22.033)
Valores a pagar Funcesp	557	(2.077)
Reserva Global de Reversão	(1.240)	(2.481)
Outros	(34.677)	46.080
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	725.916	1.350.697
Caixa gerado (utilizado) nas atividades de investimentos	(266.673)	157.179
Aplicações financeiras	(635.915)	348.708
Regates de Aplicações financeiras	542.671	0
Imobilizado	(1.478)	(18.534)
Intangível	(2.951)	(2.871)
Investimentos	(169.000)	(185.000)
Caixa adquirido em combinação de negócios	0	0
Dividendos recebidos	0	14.876
Caixa utilizado nas atividades de financiamentos	264.939	(928.645)
Adições de empréstimos	655.516	509.325
Pagamentos de empréstimos (principal)	(45.605)	(336.849)
Pagamentos de empréstimos (juros)	(84.942)	(169.721)
Adições Arrendamento Mercantil	0	0
Pagamentos Arrendamento Mercantil (principal)	(6.203)	(12.208)
Pagamentos Arrendamento Mercantil (juros)	0	43
Transações com acionistas não controladores	(17.164)	(16.820)
Instrumentos financeiros derivativos	5.270	(1.701)
Dividendos e juros sobre capital próprios pagos	(241.933)	(900.714)
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	724.182	579.231
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	595.971	16.740
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.320.153	595.971
Varição em caixa e equivalentes de caixa	724.182	579.231